



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JOÃO VICTOR FAGUNDES DA SILVA

ECOPARQUE AÇUDE VELHO:

Proposta de reabilitação da área do Açude Velho
localizado na cidade de Salgueiro-PE

PAU DOS FERROS

2024

JOÃO VICTOR FAUNDES DA SILVA

ECOPARQUE AÇUDE VELHO:

Proposta de reabilitação da área do Açude Velho
localizado na cidade de Salgueiro-PE

Monografia apresentada a Universidade Federal
Rural do Semi-Árido como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Professor Orientador do TCC: Prof. Dr. Eduardo
Raimundo Dias Nunes.

PAU DOS FERROS

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

SS474 Silva, João Victor Fagundes . Ecoparque Açude
e Velho: Proposta de reabilitação da área do Açude
Velho localizado na cidade de Salgueiro-PE /
João Victor Fagundes Silva. 2024.
81 f. : il.

Orientador: Eduardo Raimundo Dias Nunes.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2024.

1. Mobilidade Ativa. 2. Requalificação. 3.
Parque Urbano. I. Nunes, Eduardo Raimundo Dias ,
orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em
conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo
autor(a). Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

JOÃO VICTOR FAGNDES DA SILVA

PARQUE URBANO SEMENTES DO SOL:

Proposta de reabilitação da área do Açude Velho

localizado na cidade de Salgueiro-PE

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 28 / 03 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Raimundo Dias Nunes.
Presidente

Prof. Me. Lorena Petrovich Pereira De Carvalho
Membro Examinador

Prof. Me. Yuri de Souza Duarte
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Eduardo Dias, cuja sabedoria e orientação foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa, e aos professores Yuri de Souza e Lorena Petrovich pelos ensinamentos e orientações fundamentais para a conclusão do trabalho.

À minha mãe, que com carinho e dedicação despertou em mim a busca pelo conhecimento.

À minha filha, Maria Alice, e à minha namorada e companheira de curso Jordana Benício por todo o amor e apoio.

À Professora Edilaine Souza, minha querida professora de língua portuguesa que despertou em mim o prazer pela pesquisa científica e que não está mais entre nós.

Aos professores Pedro Buarque, Fabrício Reymes, fundamentais para a minha formação humana e que primeiro me influenciaram a refletir e me encorajaram a me tornar arquiteto.

Aos docentes da UFERSA e aos demais colegas que valorizaram minha trajetória, em especial a professora Anna Cristina e aos professores Lenilson Jonas, Rui Rosário e Eduardo Dias.

À comunidade de Salgueiro, em especial a comunidade do Divino Espírito Santo, que me permitiu pesquisar e compreender seu lugar de habitação.

A todos que, mesmo não mencionados nominalmente aqui, de alguma forma estiveram presentes e colaboraram para a realização desta dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa propõe a reabilitação da área do Açude Velho em Salgueiro-PE, transformando-a em um parque urbano sustentável, o "Ecoparque Sementes do Sol", para enfrentar desafios de urbanidade, mobilidade, segurança e saneamento. O projeto visa revitalizar o corpo d'água degradado e seu ecossistema, ao mesmo tempo que atende às necessidades da comunidade do Divino Espírito Santo e bairros vizinhos, promovendo mobilidade ativa, cultura, esporte e economia local. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica, levantamentos de campo e análise de dados urbanos e bioclimáticos, utilizando ferramentas como Revit e Google Earth. O estudo destaca a importância dos parques urbanos na mitigação de problemas como ilhas de calor e poluição, além de melhorar a qualidade de vida. A proposta divide o parque em três zonas temáticas: "Águas da Natureza" (revitalização ambiental), "Águas da Cultura" (integração com equipamentos culturais) e "Águas do Futuro" (espaços recreativos). O projeto também incorpora técnicas de bioengenharia, como wetlands, e prioriza acessibilidade e conforto térmico. Conclui-se que a intervenção pode servir como modelo para outras cidades sertanejas, combinando sustentabilidade, inclusão social e resgate histórico.

Palavras-chave: Mobilidade ativa, revitalização urbana, sustentabilidade, parques urbanos, Salgueiro-PE.

ABSTRACT

This research proposes the rehabilitation of the Açude Velho area in Salgueiro-PE, transforming it into a sustainable urban park, the "Ecoparque Açude Velho", to address challenges of urbanity, mobility, safety and sanitation. The project aims to revitalize the degraded body of water and its ecosystem, while meeting the needs of the community of Divino Espírito Santo and neighboring neighborhoods, promoting active mobility, culture, sports and the local economy. The methodology included bibliographic research, field surveys and analysis of urban and bioclimatic data, using tools such as Revit and Google Earth. The study highlights the importance of urban parks in mitigating problems such as heat islands and pollution, in addition to improving quality of life. The proposal divides the park into three thematic zones: "Waters of Nature" (environmental revitalization), "Waters of Culture" (integration with cultural facilities) and "Waters of the Future" (recreational spaces). The project also incorporates bioengineering techniques, such as wetlands, and prioritizes accessibility and thermal comfort. It is concluded that the intervention can serve as a model for other rural cities, combining sustainability, social inclusion and historical recovery.

Keywords: Active mobility, urban revitalization, sustainability, urban parks, Salgueiro-PE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Central Park, Nova York.....	18
Figura 2 – Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.	19
Figura 3 – Parque Ibirapuera, São Paulo.	20
Figura 4 – Parque Cidade da Criança, Fortaleza.	21
Figura 5 – Parque Sólon de Lucena, João Pessoa.....	22
Figura 6 – Sistema de filtros de areia plantados.....	28
Figura 7 – Rio Besòs.	29
Figura 9 – DRENURBS, Belo Horizonte, antes da intervenção.	30
Figura 11 – Parque Capibaribe, Recife.....	31
Figura 12 – Desastre ambiental na Lagoa Rodrigo de Freitas.....	32
Figura 13 – Atividade de pesca na Lagoa Rodrigo de Freitas.....	33
Figura 14 – Planta de implantação do projeto Parque Capibaribe.	37
Figura 15 – Passarela sobre o rio, Parque Capibaribe.	38
Figura 16 – Passeio, Parque Capibaribe.	39
Figura 17 – Vista superior, Parque Raquel de Queiroz.	40
Figura 18 – Vista superior, Parque Raquel de Queiroz.	41
Figura 19 – Planta superior, Parque Raquel de Queiroz.....	41
Fonte: França (2022).	41
Figura 20 – Projeto Parque da Criança.	42
Figura 21 – Projeto Parque da Criança.	43
Figura 23 – Rua Dr. João Pessoa, Salgueiro-PE.	47
Figura 24 – Av. Agamenon Magalhães, Salgueiro-PE.....	48
Figura 25 – Comércio de Veremundo Soares, Salgueiro-PE.....	49
Figura 26 – Casarão em Fazenda de Veremundo Soares, Salgueiro-PE.....	50
Figura 27 – Parque das Crianças.	52
Figura 29 – Atividade física na Praça C.E.U.....	53
Figura 30 – Parede do Açude Velho, Salgueiro-PE.	54
Figura 31 – Poluição no Açude Velho, Salgueiro-PE.	54
Figura 32 – Topografia do terreno.....	55
Figura 34 – Mapa de parcelamento de solo.	56
Figura 35 – Mapa de ocupação do solo.	57

Figura 36 – Museu do Couro.	59
Figura 37 – Centro de Vocação Tecnológico.	58
Figura 38 – Mapa da malha viária.	58
Figura 39 – Gráfico de temperaturas máximas e mínimas.	59
Figura 40 – Gráfico de insolação.	60
Figura 41 – Gráfico de chuvas.	60
Figura 42 – Rosa dos ventos.	61
Figura 43 – Mapa de implantação do parque urbano.	61
Figura 44 – Fauna e flora.	62
Figura 45 – Açude Velho, Salgueiro-PE.	62
Figura 46 – Princípios urbanos.	63
Figura 47 – Triângulo, partido formal.	64
Figura 48 – Arco, partido formal.	64
Figura 49 – Logo do projeto.	65
Figura 50 – Zoneamento dos passeios.	66
Figura 51 – Zoneamento do parque.	67
Figura 52 – Renderização superior da praça.	67
Figura 53 – Renderização Águas da Natureza.	68
Figura 54 – Renderização superior da zona águas da cultura.	69
Figura 55 – Quiosques.	69
Figura 56 – Renderização superior da zona águas do futuro.	70
Figura 57 – Quadras de areia.	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos parâmetros para praças segundo autores pré-estabelecidos.....	24
Quadro 2 – Comparação de programas de necessidades.	44
Quadro 3 – Plano Diretor de Salgueiro.	63
Quadro 4 – Programa de necessidades	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Parques urbanos	17
1.1. Um parque vivo: Mobilidade e acesso à cidade	22
1.2. Um parque confortável: Conforto termoacústico em regiões sertanejas	24
1.3. Um parque sustentável: Revitalização de lagos e açudes	26
1.4. Reabilitação de áreas urbanas	33
1.5. Índices de conforto ambiental em áreas externas	34
1.5.1.1. Temperatura Equivalente Fisiológica (PET)	35
1.5.1.2. Índice Climático Térmico Universal (UTCI)	36
2. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	36
2.1. Parque Capibaribe – Recife, Pernambuco	36
2.2. Parque Rachel de Queiroz – Fortaleza, Ceará	39
2.3. Parque da Criança: Requalificação Urbano-Arquitetônica do Parque da Liberdade – Fortaleza, Ceará	42
2.4. Análise comparativa	44
3. DIAGNÓSTICO URBANO: Salgueiro e Açude Velho	45
3.1. Fundação: 1835 – 1864	45
3.2. Primeiras décadas	46
3.3. Desenvolvimento urbano e início do século XX	48
3.4. Sociedade e economia na atualidade	51
3.5. Espaços livres públicos de Salgueiro	52
3.6. O Açude Velho	54
3.7. Análise morfológica	55
3.7.1. Topografia	55
3.7.2. Parcelamento do solo	55
3.7.3. Uso e ocupação do solo	57

3.7.4. Sistema viário	58
3.7.5. Dados bioclimáticos.....	59
4. PROPOSTA: Ecoparque Açude Velho	61
4.1. Condicionantes legais, urbanísticas e arquitetônicas.....	62
4.2. Partido arquitetônico e urbanístico	63
4.3. Programa de necessidades	65
4.4. Zoneamento	66
4.5. Águas da Natureza.....	67
4.6. Águas da Cultura	68
4.7. Águas da Futuro	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A.....	78

INTRODUÇÃO

As cidades nem sempre foram o local de moradia das sociedades humanas; no entanto, desde que passaram a cumprir esse papel, os centros urbanos têm enfrentado uma série de transformações para se adequar aos desafios de cada época. Segundo Benévolo (1993), a origem das cidades remonta à antiguidade no Oriente Médio, onde pequenas aldeias – à medida em que suas estratificações sociais se tornaram mais complexas com o desenvolvimento do trabalho – cresceram e se distinguiram do meio rural, originando os primeiros centros urbanos. Essa forma de moradia, entretanto, passou por períodos de ascensão e declínio ao longo da história. Com o fim do Império Romano e o advento do feudalismo, as cidades europeias experimentaram um declínio significativo durante a Idade Média, com muitas sendo abandonadas ou reduzidas em tamanho. Contudo, a partir do século XI, o comércio e as feiras medievais promoveram um renascimento urbano, impulsionado pelo desenvolvimento agrícola e cultural do final da Idade Média e do início da Renascença. A Revolução Industrial, no século XVIII, trouxe uma urbanização acelerada e transformações sem precedentes, resultando em problemas contemporâneos como a superlotação, desafios habitacionais e questões críticas de mobilidade urbana, além de aumento do congestionamento, poluição e desgaste da infraestrutura viária. Segundo Jan Gehl (2010), reduzir a dependência de automóveis e promover formas alternativas de mobilidade não é apenas uma questão de reduzir o congestionamento, mas de criar ambientes urbanos mais agradáveis e saudáveis.

Nessa perspectiva, os espaços livres públicos, que – há milênios – fazem parte do cotidiano das cidades, se configuram não só como um local de interação e ócio, mas também como um agente mitigador dos efeitos do caos urbano. A ágora, por exemplo, foi um importante espaço público presente nas cidades gregas da antiguidade, como a capital Atenas, onde os cidadãos organizavam assembleias, comercializavam produtos e partilhavam ideias políticas. Atualmente, estes espaços têm tomado novos significados para o dia a dia das pessoas, sendo palco para atividades esportivas, expressões artísticas, eventos musicais, entre outros usos. Após a pandemia da Covid-19, iniciada em meados de 2020, surgiu a necessidade de repensar o desenho urbano e, consequentemente, o projeto dos espaços livres públicos, buscando promover a saúde e o bem-estar da população com foco maior em áreas verdes e espaços abertos.

A pandemia da COVID-19 sublinhou o papel crítico dos espaços públicos nas cidades, destacando a sua importância para a interação social, a atividade física e o bem-estar

mental, ao mesmo tempo que expôs as desigualdades no acesso a estes espaços (Honey-Rosés, J., et al., 2020, p. 429).

Na busca por cidades mais habitáveis, que ofereçam qualidade de vida e segurança aos seus habitantes, diferentes estratégias urbanísticas têm sido adotadas com o uso de espaços livres públicos, como a criação de praças e parques urbanos. As praças, por sua vez, estão predominantemente presentes em cidades de pequeno e médio porte, desempenhando um papel crucial na vida comunitária ao oferecer espaços para eventos sociais e encontros informais em uma escala urbana mais compacta. Em contraste, os parques urbanos são frequentemente encontrados em grandes centros urbanos, que oferecem áreas extensas para recreação e atividades ao ar livre, ajudando a mitigar os efeitos da alta densidade e do tráfego intenso (Alberto & Barbosa, 2023). Percebe-se, portanto, uma maior ausência da presença de parques urbanos em cidades de médio e pequeno porte.

Os parques urbanos proporcionam, ainda, a criação de microclimas locais, promovendo ambientes com maior conforto termoacústico aos pedestres e demais usuários de transportes não motorizados, além de promover a mitigação dos efeitos climáticos causados pela produção do carbono. Estas áreas, dotadas de equipamentos urbanos, ciclovias, passeios largos e pontos de transporte coletivo, podem proporcionar aos usuários maior autonomia e facilidade de deslocamento, promovendo estratégias que melhoram a mobilidade ativa destes habitantes. Dessa forma, os parques promovem uma forma de transporte mais sustentável e saudável, melhorando a qualidade do ar, reduzindo congestionamentos e contribuindo para uma cidade mais dinâmica e ecológica. Por outro lado, a ausência ou má elaboração destes espaços pode acarretar problemas significativos nas vidas das pessoas que utilizam estes equipamentos públicos, como a criação de locais com baixa iluminação artificial que podem se tornar espaços altamente inseguros e inutilizáveis em horários noturnos, ou a implementação de áreas externas altamente pavimentadas e com poucas áreas verdes e permeáveis – que em locais como o sertão nordestino podem causar altas temperaturas e impedir a permanência dos usuários em horários diurnos, enquanto nas cidades de regiões chuvosas pode contribuir para inundações e enchentes ao não permitir a penetração das águas pluviais no solo.

A presença de um parque em uma determinada área urbana pode, por exemplo, contribuir para reduzir as altas temperaturas das áreas dominadas por concreto e asfalto, garantir melhor circulação de ar, aumentar a biodiversidade local, proporcionar local para atividades físicas e sociais, minimizar ruídos e ainda facilitar

soluções que contribuam para a melhoria da mobilidade urbana (Alberto & Barbosa, 2023, p. 12).

Partindo para a perspectiva das cidades sertanejas de pequeno porte, o município de Salgueiro, no interior de Pernambuco, abriga no seu coração urbano o Açude Velho, uma área ambientalmente degradada e problemática que já faz parte da história da cidade, e que possui grande potencial de revitalização, tanto pela sua localização estratégica central quanto pelo ecossistema ainda encontrado ali. Devido à sua localização incomum por separar dois mundos sociais divergentes, o parque urbano deverá atender às necessidades urbanas tanto dos transeuntes que utilizam o centro comercial, quanto da comunidade do Divino Espírito Santo, um dos maiores bairros de baixa renda do município que abriga no seu interior problemas de infraestrutura urbana como a ausência de fatores básicos como saneamento, saúde, segurança, acesso à terra regularizada e urbanidade. Por fim, a pesquisa se justifica pelo valor afetivo do lugar para uma parcela dos moradores da cidade, em parte pelo seu passado histórico, e em parte por ter em sua margem o Museu Memorial do Couro, que é palco até hoje de eventos musicais alternativos, como o palco alternativo do carnaval de Salgueiro.

Desse modo, a presente pesquisa se propõe a elucidar a seguinte questão problema: de que modo a revitalização da área do Açude Velho em Salgueiro–PE, pode ser planejada e implementada para enfrentar de maneira eficaz os desafios específicos de urbanidade, mobilidade, segurança e saneamento da comunidade do Divino Espírito Santo e demais bairros circunvizinhos, ao mesmo tempo em que promova a revitalização do corpo d'água do Açude Velho, incluindo todo o seu ecossistema ainda presente? Através dos dados e diagnósticos urbanos obtidos nos estudos iniciais, deverá ser proposto um projeto de parque urbano que contribua para a economia local, através de espaços destinados ao comércio da localidade, além de atender às necessidades de caminhabilidade, mobilidade urbana – propostas por meio de passeios e calçadas –, culturais e esportivas da comunidade.

Portanto, busca-se, como objetivo geral de pesquisa, elaborar uma proposta de requalificação da área do Açude Velho, em Salgueiro, que atenda às necessidades urbanas da população, em especial da comunidade circunvizinha do Divino Espírito Santo, e promova a revitalização do ecossistema do corpo d'água, através da implantação de um parque urbano que inclua o açude e suas margens. Para tanto, são sugeridos os seguintes objetivos específicos:

- (1) Obter dados documentais e históricos sobre o açude e seu entorno, através da compilação e análise dos dados históricos, culturais e sociais sobre o Açude Velho e sua área circundante.
- (2) Diagnosticar a área e seu entorno, averiguando seus mais diversos aspectos, como adensamento, uso e ocupação do solo, topografia e suas características ambientais, realizando um levantamento detalhado das condições físicas, ambientais e socioeconômicas da área e de seu entorno;
- (3) Propor estratégias que incentivem a mobilidade ativa dos pedestres e demais usuários de transportes não motorizados, através da inclusão de vias acessíveis, ciclofaixas, rampas, pontes, entre outros elementos que possibilitem a travessia ou caminhabilidade pelo açude;
- (4) Implementar medidas para a revitalização e recuperação ambiental da Lagoa do Açude Velho, assegurando a qualidade das águas e a sustentabilidade ecológica do ecossistema aquático.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem baseada nos métodos indutivo e dedutivo, com foco em pesquisas bibliográficas que englobam referências conceituais de fontes primárias e secundárias. Para o embasamento teórico, foram utilizados fichamentos de teses e artigos disponíveis em repositórios universitários, revistas e bibliotecas científicas, abrangendo temas como mobilidade ativa, conforto ambiental, intervenções urbanas, paisagismo no semiárido e revitalização urbana. Também foram consultados documentos históricos, manuais específicos de vegetação e trânsito, bem como legislações municipais, estaduais e federais, incluindo o plano diretor de Salgueiro, código de obras e código florestal, e normas técnicas relacionadas à redação, escolha de materiais, conforto ambiental e acessibilidade.

Os levantamentos de campo e as pesquisas relacionadas à arquitetura, urbanismo, topografia e dados bioclimáticos do açude e seu entorno ofereceram um suporte prático essencial para o desenvolvimento do projeto. Foram realizadas entrevistas com o público-alvo e registros fotográficos da área, tanto a partir de drones quanto ao nível dos olhos por meio de câmera fotográfica. A coleta de dados bioclimáticos incluiu gráficos de temperatura, umidade relativa, radiação solar, índices pluviométricos, rosa-dos-ventos e carta solar, utilizando ferramentas como SOL-AR. Além disso, a vetorização e elaboração do projeto foram realizados com o uso de softwares especializados, como Revit, AutoCAD, Corel Draw, Adobe Illustrator e Google Earth.

A estrutura do trabalho inicia-se com a Introdução, que apresenta o tema, objetivos e problemática da pesquisa, seguida pelo Referencial Teórico, onde são discutidos conceitos e estudos anteriores que fundamentam a análise. Em seguida, a Metodologia detalha os procedimentos e técnicas utilizados na investigação, enquanto a Análise e Discussão dos Resultados interpreta os dados coletados, relacionando-os às teorias abordadas. Por fim, a Conclusão sintetiza as descobertas, aponta limitações e sugere pesquisas futuras, complementada pelas Referências e, se necessário, por Anexos com materiais suplementares.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: Parques urbanos

A origem dos parques urbanos, segundo Albuquerque (2020), remonta aos jardins renascentistas europeus, particularmente na Inglaterra, onde inicialmente serviam como reservas de caça privadas para a aristocracia. Durante o século XVIII, essas áreas começaram a ser transformadas em espaços paisagísticos para contemplação, influenciados por ideias românticas que buscavam aproximar a natureza da vida urbana. Posteriormente, no século XIX, com o crescimento das cidades e as péssimas condições de vida urbana, surgiram os primeiros parques públicos criados para oferecer espaços de recreação e amenizar os conflitos sociais urbanos, como o *Victoria Park* em Londres (Albuquerque, 2020). Esses parques tornaram-se um modelo, inspirando a criação de áreas verdes em diversas cidades europeias e americanas, indica a autora.

Ainda para Albuquerque (2020), o *Central Park*, (figura 1) em New York – projetado por Frederick Law Olmsted – tornou-se o exemplo mais proeminente de parque urbano no século XIX, conciliando os objetivos de recreação, contemplação e esportes. Além de seu valor cultural e recreativo, o parque desempenha um papel fundamental na sustentabilidade ambiental e climática de Nova York. Com seus 341 hectares de áreas verdes, o *Central Park* ajuda a mitigar os efeitos das "ilhas de calor" urbanas, um fenômeno comum em cidades altamente urbanizadas como Nova York, em que as áreas pavimentadas e construções retêm calor – como explica Timothy R. Oke, em sua obra intitulada “*Boundary Layer Climates*” [Climas da Camada Limite] de 1978. Desta forma, o parque contribui para a regulação da temperatura, promovendo resfriamento natural através de suas árvores, gramados e corpos d'água, como lagos e riachos, que também atuam no controle da umidade local.

O ar no dossel urbano é geralmente mais quente do que na paisagem circundante. Esse efeito de ilha de calor urbano é provavelmente o exemplo mais claro e mais bem

documentado de modificação climática inadvertida. A forma e o tamanho exato desse fenômeno variam no tempo e no espaço como resultado de características meteorológicas, locais e urbanas (Oke, 1978, p. 288, tradução nossa).

Embora acessível, em teoria, o parque mantinha um caráter elitizado devido às regras formais e informais que restringiam o uso por certas classes sociais, aponta Albuquerque (2020). Segundo a autora, o movimento de reforma dos parques americanos, no final do século XIX e início do século XX, ampliou o acesso da classe trabalhadora aos parques de vizinhança, criando áreas recreativas próximas às residências e respondendo à demanda por lazer acessível nos centros urbanos.

Figura 1 – Central Park, Nova York.



Fonte: Shutterstock, 2024.

Durante o século XX, com a ascensão do movimento ecológico, a função dos parques passou a incluir a preservação ambiental e a criação de espaços verdes dentro das grandes metrópoles, visando a melhoria da qualidade de vida urbana, conclui Albuquerque (2020). A concepção de parque se tornou mais diversificada, incorporando playgrounds e áreas recreativas, além de servir como importantes refúgios naturais, aponta a autora. Hoje, os parques urbanos continuam a desempenhar um papel central na vida das cidades, adaptando-se às necessidades contemporâneas de lazer, convivência social e sustentabilidade.

No Brasil, o Aterro do Flamengo (figura 2), inaugurado em 1965, se configura como um dos maiores parques urbanos do Rio de Janeiro, localizado entre o centro da cidade e a Zona Sul, ao longo da Baía de Guanabara. Iniciado no governo de Carlos Lacerda, o projeto foi liderado por Maria Carlota de Macedo Soares, conhecida como “Lota” (Oliveira, 2006). Eles possuíam uma visão considerada ousada para a época: não se tratava meramente de construir um parque convencional, mas de criar um espaço que promovesse a harmonia entre o ambiente urbano e as pessoas, evitando a fragmentação do espaço público, aponta a autora.

Figura 2 – Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.



Fonte: Revista Veja, s.d.

Esse ambicioso projeto contou com a colaboração de grandes nomes, como os arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx, que contribuíram para integrar o parque às estruturas existentes, como o Aeroporto Santos Dumont e o Museu de Arte Moderna, aponta Oliveira (2006). A vegetação e o design foram meticulosamente pensados, com a introdução de novas espécies de plantas e a superação dos desafios do clima e do solo da área. Embora o parque tenha sido protegido por mais de quatro décadas, ele ainda enfrenta ameaças de projetos privados, como a recente tentativa de reverter o embargo das obras de revitalização (Oliveira, 2006). A autora ressalta, por fim, a necessidade de um controle democrático e ético do espaço público, garantindo que nossas cidades se tornem lugares mais justos e acolhedores.

Ainda no sudeste brasileiro, inaugurado em 1954 como parte das celebrações do IV Centenário da cidade de São Paulo, o Parque do Ibirapuera (figura 3) é um dos maiores e mais icônicos espaços verdes da metrópole. Localizado na Zona Sul, entre os bairros Vila Mariana e Moema, o parque abrange cerca de 1,5 milhão de metros quadrados de área. Suas terras, incorporadas ao patrimônio municipal em 1916, passaram por diferentes projetos ao longo das décadas, mas foi apenas nos anos 1920 que a ideia de criar um grande parque público tomou forma, com o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e embelezar a cidade (Andrade, 2004). Nesse processo destacam-se figuras como o arquiteto Reinaldo Dierberger e o então prefeito José Pires do Rio.

A criação do parque não se deu de forma simples, defende Andrade (2020), superando obstáculos como o trabalho de drenagem do terreno e a necessidade de realocar o viveiro municipal. Ao longo do tempo, o parque foi repensado várias vezes, recebendo novas propostas e adaptações, defende a autora. Na gestão do prefeito Goffredo Teixeira da Silva Teles, o projeto finalmente começou a sair do papel, com a incorporação de áreas dedicadas ao esporte e à cultura. Nos dias atuais, o Parque do Ibirapuera promove a qualidade de vida ao oferecer áreas para esportes, caminhadas e descanso, essenciais para o bem-estar dos paulistanos, atuando como um pulmão verde em uma cidade densamente urbanizada, contribuindo para a regulação climática e a melhoria da qualidade do ar.

Figura 3 – Parque Ibirapuera, São Paulo.



Fonte: SP in Foco, s.d

Partindo para a região Nordeste, o projeto de revitalização do Parque Cidade da Criança (figura 4), inaugurado originalmente em 1902 e tombado em 1991, destaca-se como uma iniciativa transformadora do lugar, buscando fazer deste espaço público um local acolhedor e acessível, voltado para a comunidade infantil, capaz de conectar a comunidade à rica história que ele carrega (Barreto, 2018). Situado no coração da cidade de Fortaleza, com área de intervenção de 37.560,82 metros quadrados, o parque não é apenas um patrimônio cultural, mas também uma parte vital da memória afetiva dos moradores, tendo sido conhecido anteriormente como o "Parque da Liberdade".

Figura 4 – Parque Cidade da Criança, Fortaleza.



Fonte: Fontenelle, 2021.

Para Romullo Barreto (2018), a proposta de requalificação do Parque Cidade da Criança tem como principal objetivo resgatar essas memórias, destacando especialmente a conexão entre o espaço público e a infância, criando uma ponte entre o passado e o presente. O projeto vai além da simples preservação do valor histórico, passando também pela criação de um ambiente moderno e funcional que atenda às necessidades locais. Ao explorar o parque, os visitantes encontrarão áreas que estimulam a criatividade, a contemplação e o convívio, proporcionando uma experiência enriquecedora.

Na Paraíba, o Parque Sólon de Lucena (figura 5), conhecido como Parque da Lagoa, é considerado um Importante espaço livre público localizado em João Pessoa (Lamas, 2010)..

Com seus jardins exuberantes e uma lagoa central emoldurada pelas majestosas palmeiras-imperiais, o parque serve como um exemplo clássico da importância de áreas verdes urbanas.

Figura 5 – Parque Sólon de Lucena, João Pessoa.



Fonte: Governança da Paraíba, 2023.

O paisagismo do parque, feito pelo renomado Roberto Burle Marx na década de 1940, celebra a biodiversidade da Mata Atlântica, com uma variedade de espécies nativas, como ipês e pau-brasil. Antes de sua urbanização em 1925, a área era um pântano conhecido como Lagoa dos Irerês. Desde então, o parque, que leva o nome do governador Sólon de Lucena, passou por diversas melhorias, incluindo a instalação de uma fonte luminosa em 1940, que realça ainda mais sua beleza.

1.1. Um parque vivo: Mobilidade e acesso à cidade

Na obra "Cidades para Pessoas", Gehl descreve a mobilidade ativa como uma abordagem centrada no pedestre, que visa criar espaços urbanos que incentivem caminhadas e o uso de bicicletas. Ele afirma que "a mobilidade ativa não é apenas uma questão de transporte, mas de qualidade de vida e de criar ambientes que convidem as pessoas a se moverem de forma natural e saudável." (Gehl, 2010, p. 102). Desta forma, a mobilidade ativa está diretamente relacionada à autonomia do pedestre na sua locomoção, destacando-se a importância de cada elemento possível no seu trajeto, desde uma simples rampa a uma complexa e extensa orla de praia. Este conceito depreende, ainda, o sentido de conexão e ciclo no percurso do pedestre

afim de facilitar o seu deslocamento de um ponto a outro. Por exemplo, se há uma via que recebe os usuários de transporte público que descem no ponto de ônibus A, transporta-os ao longo de passeios acessíveis ou por meio de ciclovias ao destino final das suas residências, estes usuários teriam um percurso mais conciso e, portanto, facilitado.

Idealmente, todo bairro ou vizinhança deva disponibilizar de praças e parques distribuídos ao alcance da caminhada de todos os moradores, que cada lote tivesse espaços privados ou coletivos generosos e a malha urbana fosse pontuada por diversos parques, tendo ainda as ruas e avenidas arborização adequadas (MACEDO et al., 2018, p. 20).

Em localidades urbanas, a escassez de espaços livres públicos é um problema recorrente, frequentemente compensado pela criação de espaços informais pela população local para atender à demanda por lazer e convivência (MACEDO et al., 2018). Essa carência é particularmente notável em bairros de menor poder aquisitivo, enquanto áreas centrais e bairros mais ricos apresentam uma maior concentração de praças e espaços públicos. Essa desigualdade reflete-se na acessibilidade aos espaços livres públicos, que Mendes (2017) destaca como um fator crucial para a inclusão e qualidade de vida urbana, abrangendo tanto a distribuição desses espaços quanto sua acessibilidade pela população residente.

A frequência de uso de praças e parques é maior em áreas com diversificação de uso do solo, sugerindo que a integração dos espaços públicos com as atividades cotidianas da cidade contribui para sua vitalidade e utilização efetiva. De acordo com Mascaró (2005), as diretrizes de Lynch (1971) para o planejamento urbano recomendam uma proporção de 1 hectare de praça ou parque para cada 2 mil habitantes, distribuídos a uma distância de até 1.000 metros das residências, para garantir acessibilidade e atender às necessidades recreativas da população.

Essa abordagem é complementada pelas recomendações de Coronio e Muret (1976) para a realidade francesa, que sugerem que espaços como parques infantis e jardins públicos devem atender à vizinhança com um raio de abrangência de 250 a 300 metros, cobrindo entre 1.000 e 1.200 unidades habitacionais. Já Gehl (2015), focado na dimensão humana do espaço urbano, recomenda que as principais atividades cotidianas estejam localizadas a uma distância de 400 a 500 metros das residências, reforçando a importância da proximidade para a qualidade de vida urbana.

Kliass e Magnoli (2006) abordam os “parques de bairro” como áreas destinadas à recreação de jovens e adolescentes, com um raio de atendimento de até 1.000 metros, sugerindo uma escala maior para esses espaços para acomodar atividades tanto passivas quanto ativas. Além disso, Ribeiro (2016) destaca que praças com mais de 5.000 m² devem incluir equipamentos de lazer, como quadras e pistas de corrida, para atrair o público jovem, com uma frequência de uso semanal a mensal, promovendo uma integração efetiva entre o espaço público e a comunidade.

Quadro 1 – Síntese dos parâmetros para praças segundo autores pré-estabelecidos.

AUTORES DE REFERÊNCIA	ÁREA MÍNIMA	RAIO MÁXIMO DE ABRANGÊNCIA	RELAÇÃO M ² /HAB.
Cooper Marcus e Francis (1998)	Aprox. 275m ²	-	-
Coroama e Moret (1976)	250 a 300m ²	-	1,000 a 1,200 residências
Programa Cidades Sustentáveis (2012)	-	300m	-
National Recreation and Park Association (Berker et al., 2006)	1.000 a 2.000m ²	até 400m	1.000 a 2.000m ² para 1000 hab. (1 a 2 m ² /hab.)
UN-HABITAT (2020)	-	400m	-
Kliass (1993)	-	Até 500m	-
Gouvêa (2002)	Até 1000m ²	Até 600m	6m ² para 10.000 hab. (0,60 m ² /hab.)
Cavalheiro e Del Picchia (1992, com base em Jantzen, 1973)	150m ² (até 6 anos) 450m ² (6 a 10 anos) 5000m ² (10 a 17 anos)	Até 100m (até 6 anos) Até 500m (6 a 10 anos) Até 1000m (10 a 17 anos)	0,75 m ² /hab.
Escada (1992)	Dimensões reduzidas (até 1 ou mais lotes)	100 a 1000m	-
Ribeiro (2016)	até 5000m ² Acima de 5000m ²	500m 1000m	-
Kevin Lynch (apud Mascaro, 2005)	-	-	1ha/2000 hab. (5 m ² /hab.)

Fonte: Alberto & Barbosa, 2023 (editado pelo autor).

1.2. Um parque confortável: Conforto termoacústico em regiões sertanejas

Os espaços públicos urbanos são profundamente influenciados por condições acústicas, especialmente aqueles destinados à convivência, ao lazer e à contemplação. De acordo com

Lynch (2007), esses locais atuam como refúgios nas áreas urbanas, oferecendo um ambiente que promove o bem-estar, essencial para a qualidade de vida das pessoas. A questão do conforto acústico é tratada tanto pela NBR 10151-2019 quanto pela NBR 10152-2000, que regulam os níveis de pressão sonora e ruído em áreas habitadas, conforme definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018) também estabelece um limite de 55dB para níveis aceitáveis de ruído em espaços públicos.

O conceito de paisagem sonora, amplamente discutido por estudiosos como Murray Schafer em "A Afinação do Mundo" (1969), destaca a importância dos sons que compõem o ambiente, desde fontes de água até sons naturais, como o canto de pássaros. Zaganelli (2014) enfatiza que marcos sonoros específicos, como sinos e chafarizes, podem conferir uma identidade sonora única a cada local, moldando a experiência de quem frequenta esses espaços.

Estudos empíricos também corroboram a importância do controle sonoro em ambientes públicos. Calleja et al. (2017), ao avaliar um parque central em Madrid, encontrou níveis de ruído entre 55 e 58dB, valores que estão dentro do limite aceitável. No entanto, em cidades como Umuarama-PR, a realidade é diferente, com ruídos que chegam a 100dB em praças locais (Botari et al., 2014), o que claramente excede os limites recomendados. Em Juiz de Fora, por exemplo, uma pesquisa com 87 praças indicou que 62% delas ultrapassam os 55dB estabelecidos pela OMS, com uma média de 58dB (Souza et al., 2019).

Os sons naturais são frequentemente associados a sensações de prazer e relaxamento. Chitra et al. (2020) observa que sons de animais e fontes d'água são mencionados de forma recorrente como agradáveis. Em Hong Kong, apesar do tráfego ser a fonte de som dominante, visitantes preferem o canto de pássaros e o som da água (Lin e Lam, 2010), ressaltando a importância de elementos naturais para o equilíbrio acústico nos espaços públicos. A vegetação, além de seu papel estético e ambiental, também desempenha um papel crucial no controle do ruído. Botari et al. (2014) afirma que árvores e arbustos podem funcionar como barreiras acústicas, ajudando a reduzir o ruído por meio de absorção, desvio ou mascaramento. A pesquisa de Chitra et al. (2020) indica que o uso de vegetação mais densa pode diminuir em até 3dB os níveis de ruído percebidos em parques. Estudos em Goiânia (Aleixo, Constantino e Carvalho, 2014) também mostraram que áreas mais internas de praças, com maior cobertura vegetal, tendem a ser mais silenciosas, promovendo maior permanência de pessoas.

1.3. Um parque sustentável: Revitalização de lagos e açudes

A presença de corpos d'água como rios, lagoas e lagos é fundamental para o controle da temperatura nas áreas urbanas, especialmente em cidades sertanejas com clima semiárido. Segundo Armando Holanda, em sua obra *Roteiro para construir no Nordeste*, o planejamento urbano em regiões semiáridas deve priorizar a preservação e a criação de espaços que incluam corpos d'água, a fim de mitigar as altas temperaturas e proporcionar conforto térmico à população (HOLANDA, 1994).

É importante destacar que o conceito de revitalização abordado neste tópico, assim como os demais discutidos, refere-se a uma abordagem ecoambiental dos autores ao visar a reintegração dos corpos d'água à paisagem, diferindo-se dos conceitos abordados no tópico seguinte, que discute a definição de renovação, revitalização e reabilitação sob o viés do planejamento urbano. Segundo Cengiz (2013 apud Juliana Alencar, 2017), o manejo das águas pode ser classificado em três abordagens principais: restauração, reabilitação e revitalização, cada uma com características e objetivos específicos.

A revitalização, nesse sentido, propõe restabelecer as interações entre o corpo d'água e o ecossistema ao seu redor, conferindo-lhe uma nova vitalidade sem comprometer outros usos. Não se trata de retornar à condição original, como seria o caso da restauração — termo abordado por Findlay e Taylor (2006) — que implica em devolver ao ambiente suas características físicas, químicas e biológicas originais. A restauração, segundo esses autores, busca reverter completamente os impactos da degradação, o que nem sempre é viável em paisagens altamente modificadas.

Por outro lado, o processo de reabilitação ou recuperação, conforme definido por Findlay e Taylor (2006 apud Juliana Alencar, 2017), ocupa um lugar intermediário, recuperando apenas parte das funções originais do corpo d'água, sem a pretensão de atingir sua condição primitiva. A revitalização, por sua vez, vai além dessa recuperação parcial, introduzindo novos elementos funcionais que criam uma nova forma de equilíbrio. Esse processo não só reestabelece algumas funções originais dos corpos d'água, mas também lhes confere novos usos, adaptando-os às demandas contemporâneas da sociedade, enquanto busca integrar essas soluções com o ambiente natural ao redor.

O processo de recuperação e revitalização são mais realistas dentro de um contexto urbano, uma vez que dificilmente consegue-se reestabelecer as condições originais do

corpo d'água, já que o processo demandaria elevado investimento financeiro e inviabilizaria a maioria dos usos da água, como por exemplo a recreação e transporte (Juliana Alencar, 2017).

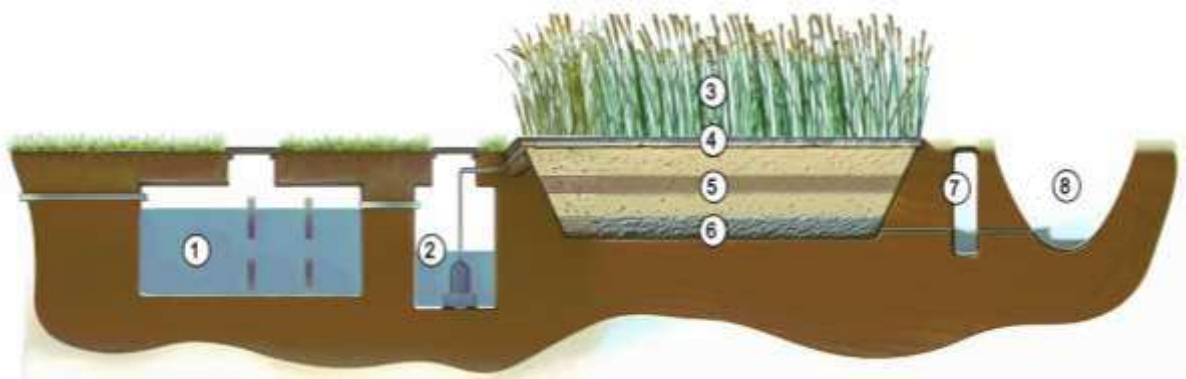
Petts (2007, apud Alencar, 2017) ressalta que a revitalização de corpos d'água deve priorizar a qualidade da água para manter a biodiversidade, além de envolver a comunidade no planejamento das bacias hidrográficas, garantindo assim a sustentabilidade a longo prazo. O autor destaca a importância de preservar as áreas de várzea, evitando construções, e torná-las atrativas à população, oferecendo oportunidades de lazer e atividades educativas. O acesso seguro ao recurso hídrico deve considerar as necessidades de crianças e pessoas com mobilidade reduzida, e a criação de zonas úmidas é incentivada para aumentar a resiliência do ecossistema.

Palmer et al. (2007, apud Alencar, 2017) defende, por sua vez, que projetos de revitalização sejam adaptados ao nível de degradação da bacia e desenvolvidos em uma escala apropriada para garantir sua viabilidade. O sucesso da revitalização depende de uma análise detalhada das características locais, como o uso do solo e a hidrologia, para assegurar que o ecossistema restaurado seja autorregulado. O objetivo, para o autor, é evitar intervenções contínuas e permitir que o equilíbrio ecológico seja mantido naturalmente, integrando o corpo d'água ao ambiente urbano e oferecendo novos espaços para usos sociais e recreativos.

Um exemplo amplamente utilizado na recuperação de águas urbanas é o uso de filtros de areia plantados, também conhecidos como *wetlands*, que funcionam como canteiros de fluxo vertical. Esses sistemas são altamente eficazes na remoção de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) e DQO (Demanda Química de Oxigênio), além de promoverem a nitrificação completa, o que possibilita a eliminação de coliformes fecais (Alencar, 2017).

O funcionamento do filtro (figura 6) se inicia com a recepção dos efluentes em um tanque (1), de onde são direcionados para o filtro por gravidade ou bombeamento (2), e canalizados através de tubulação perfurada para as camadas de materiais com diferentes granulometrias (5), chegando ao fundo do sistema, onde há uma camada de carvão ativado (6) para a purificação final. A fase líquida do efluente, já tratada, é então coletada e conduzida a uma caixa de inspeção antes de ser lançada em corpos d'água. Na superfície do sistema (3) são plantadas espécies vegetais específicas que auxiliam na remoção de nutrientes, tornando o processo mais eficiente e sustentável.

Figura 6 – Sistema de filtros de areia plantados.



(Global Wetlands, s/d apud Alencar, 2017).

A depuração dos efluentes é intensificada pela ação das raízes das plantas, onde se forma um biofilme composto por organismos aeróbios e anaeróbios. Esses organismos atuam na decomposição da matéria orgânica e nos processos de nitrificação e desnitrificação, promovendo a remoção de poluentes e contribuindo para a melhoria da qualidade da água (Philippi et al., 2007 apud Alencar, 2017).

Como exemplo internacional de intervenção revitalizadora é possível destacar a iniciativa do Rio Besòs (figura 7), em Barcelona, que, no século XIX, enfrentou um processo severo de degradação ambiental, agravado pela poluição causada por esgotos domésticos e industriais.

Na década de 1990, o rio encontrava-se completamente poluído, exigindo uma ampla revitalização. Este projeto abrangeu um trecho de 6 km e envolveu dois municípios: Montcada e Santa Coloma (Martín-vide, 1999). Nesses dois pontos, visões distintas foram adotadas. Em Montcada, onde havia grande disponibilidade de parques já em uso pela população, a demanda por áreas de lazer junto ao canal era menor. Assim, a área adjacente ao rio foi destinada à implantação de wetlands, com espécies apropriadas para a retenção de nutrientes e a melhoria da qualidade da água. Por outro lado, em Santa Coloma, onde a demanda por lazer era mais elevada, foi construído um parque público, equipado com rampas de acesso e alarmes de alerta de inundação. Dessa forma, o projeto conciliou a recuperação da qualidade das águas e a oferta de espaços recreativos para a comunidade (Martín-vide, 1999).

Figura 7 – Rio Besòs.



Fonte: La Vanguardia (2024).

Outro exemplo significativo de revitalização fluvial é o Rio Trinity (figura 8), em Dallas, que passou por um processo de recuperação dividido em cinco etapas: proteção contra inundações, gestão ambiental, criação de áreas recreativas, melhorias no transporte e desenvolvimento socioeconômico. O plano incluiu a construção de wetlands, diques, trilhas para caminhada e cinturões verdes (Cengiz, 2013)

Figura 8 – Rio Trinity.



Fonte: Stock (2024).

No Brasil, o Programa DRENURBS (figura 9 e 10), em Belo Horizonte, representa uma iniciativa significativa na revitalização dos corpos hídricos urbanos. Criado pela Secretaria Municipal de Política Urbana, o programa busca despoluir os rios, controlar inundações e sedimentos, e integrar as águas ao ambiente urbano. O Córrego 1º de Maio é um exemplo de sucesso dessas ações, destacando-se pela adoção de soluções inovadoras para drenagem (DRENURBS, 2013).

Figura 9 – DRENURBS, Belo Horizonte, antes da intervenção.



Fonte: DRENURBS (2024).

Figura 10 – DRENURBS, Belo Horizonte, após a intervenção.



Fonte: DRENURBS (2024).

Partindo para o nordeste, em Recife, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) trabalha na revitalização do Rio Capibaribe (figura 11), projeto alvo de estudo de caso

apresentado no capítulo 6. A proposta prevê a redução do tráfego nas avenidas marginais ao rio, priorizando o pedestre por meio da implantação de novas calçadas e jardins, promovendo a integração entre o rio e a cidade (UFPE, s.d.). Iniciado em 2023, resultante de um convênio entre a universidade e a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), a proposta atravessou as prefeituras de Geraldo Júlio (PSB) e João Campos (PSB), encontrando-se ainda sem conclusão.

Figura 11 – Parque Capibaribe, Recife.



Fonte: Monteiro et. al. (2022).

Apesar dos casos de sucesso encontrados no país, grande parte dos casos de iniciativas públicas para despoluição de corpos d'água se esbarram em dificuldades burocráticas, como a alternância de governos e prefeitos que dificulta a continuidade das iniciativas, levando à inviabilidade ou à prolongação dos projetos. No Rio de Janeiro, o caso da Lagoa Rodrigo de Freitas (figura 12) pode ser considerado um exemplo problemático, mas com um desfecho positivo.

Programada para sediar competições durante as Olimpíadas de 2016, a Lagoa Rodrigo de Freitas é considerada um dos mais icônicos cartões-postais do Rio de Janeiro e palco do Estádio de Remo (Konchinski, 2013). Entretanto, a beleza natural da lagoa contrasta com a realidade de sua degradação ambiental, que se intensifica devido à poluição e à falta de saneamento básico na capital fluminense. Em 2013, a situação alarmou a população carioca com a morte de 72 toneladas de peixes que cobriram a superfície da lagoa por três dias, evidenciando os problemas críticos de contaminação das águas (Konchinski, 2013).

Figura 12 – Desastre ambiental na Lagoa Rodrigo de Freitas.



Fonte: Gabriel de Paiva, 2013.

Após décadas de poluição, a Lagoa Rodrigo de Freitas (figura 13) tem demonstrado sinais de recuperação nos últimos dez anos, especialmente nos últimos cinco, com uma redução significativa da presença de esgoto, conforme relatado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (Litwak, 2023). A Concessionária Águas do Rio está implementando a tecnologia The Water Cleanser (TWC), que utiliza bioestimulação natural para melhorar a qualidade da água e ajudar a controlar a população do mexilhão invasor. Esse processo tem levado à melhoria da qualidade da água, tornando-a cristalina em determinados momentos e atraindo pescadores submarinos. Desde 2019, não foram registrados casos de mortandade de peixes, e o retorno de espécies como o robalo indica um ecossistema mais saudável, embora a transparência da água possa ser afetada pela presença do mexilhão invasor, que filtra a água, mas compromete as espécies nativas (Litwak, 2023).

Figura 13 – Atividade de pesca na Lagoa Rodrigo de Freitas.



Fonte: Hermes de Paula, 2013.

1.4. Reabilitação de áreas urbanas

O termo "reabilitação", nas últimas décadas, tem ganhado destaque como um conceito abrangente que se refere ao restabelecimento de direitos e ao processo integrado de recuperação de áreas urbanas que necessitam de salvaguarda. Esse conceito vai além do simples restauro de edifícios, abrangendo também a revitalização do tecido econômico e social, visando transformar essas áreas em espaços dinâmicos e atrativos (Pasquotto, 2010).

Para além, segundo Valentim (2007 apud Pasquotto, 2010), a reabilitação é vista como uma intervenção urbana destinada a superar os passivos ambientais e econômicos gerados por um histórico de industrialização que negligenciou suas externalidades negativas. Essa perspectiva reforça a ideia de que as ações de reabilitação não se limitam apenas à recuperação física de edificações, mas buscam a reinserção dessas áreas no ciclo econômico da cidade e promovem o desenvolvimento urbano sustentado. Assim, as intervenções urbanas tornam-se um meio de revitalizar não apenas o espaço, mas também a vida comunitária e a economia local, promovendo um futuro mais sustentável e inclusivo (Valentim, 2007).

A Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995) estabelece diretrizes fundamentais para a reabilitação urbana, enfatizando a importância da preservação do patrimônio cultural e da identidade social das cidades. O documento surge como resposta à necessidade de requalificação de áreas urbanas degradadas, propondo uma abordagem

integrada que valorize as características históricas e culturais dos núcleos urbanos. Essa abordagem é respaldada por definições claras, como renovação, reabilitação, revitalização e conservação, que orientam as intervenções nas diversas áreas urbanas (Carta de Lisboa, 1995).

A reabilitação urbana, conforme a Carta de Lisboa (1995), deve priorizar a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, mantendo a identidade das áreas reabilitadas. Isso implica a realização de intervenções que não apenas respeitem a estrutura existente, mas que também promovam a inclusão social e a revitalização econômica, especialmente em regiões em declínio. Além disso, a preservação dos núcleos históricos é considerada indispensável, demandando pesquisas históricas e sociológicas que sustentem as operações de reabilitação (Carta de Lisboa, 1995).

Por fim, a Carta destaca a necessidade de um processo colaborativo e integrado, onde a formação de mão-de-obra especializada e a criação de um quadro legal eficaz são cruciais para o sucesso das intervenções. O documento sugere que a reabilitação urbana deve ser um esforço conjunto, envolvendo todos os agentes interessados e promovendo a troca de experiências, especialmente com o apoio da União Europeia, a fim de garantir a continuidade e a valorização da identidade cultural nas cidades (Carta de Lisboa, 1995).

1.5. Índices de conforto ambiental em áreas externas

O interesse pelo conforto térmico teve início com a demanda por ambientes internos mais adequados ao desempenho das atividades humanas, especialmente no contexto laboral (FROTA; SCHIFFER, 2001). Mais recentemente, surgiu a necessidade de implementar estratégias bioclimáticas para aumentar a eficiência energética das edificações, aliada à crescente preocupação com a qualidade dos espaços públicos ao ar livre, ampliando a relevância do estudo do conforto térmico em espaços abertos (MATZARAKIS; BLAZEJCZYK; AMELUNG, 2007).

A realização de índices de conforto ambiental em áreas externas é essencial para compreender como as condições climáticas influenciam o bem-estar e a saúde das pessoas em espaços abertos. Esses índices permitem analisar o impacto de variáveis como temperatura, umidade, radiação solar e vento no conforto térmico, facilitando a identificação de situações de estresse térmico que podem prejudicar a qualidade de vida e até mesmo colocar em risco a segurança dos usuários (JENDRITZKY et al., 2011).

Além disso, esses estudos são fundamentais para orientar projetos de planejamento urbano e paisagístico. Eles ajudam a desenvolver soluções que melhorem o microclima local, como a criação de áreas sombreadas, a introdução de vegetação, o aproveitamento da ventilação natural e o uso de materiais que minimizem a absorção de calor. Dessa maneira, é possível projetar espaços mais confortáveis, acessíveis e sustentáveis, que incentivem o uso de áreas externas sob diferentes condições climáticas.

O PET (*Physiological Equivalent Temperature*) e o UTCI (*Universal Thermal Climate Index*) são dois dos principais índices utilizados para analisar o conforto ambiental em áreas externas. Apesar de ambos avaliarem as condições de conforto térmico, eles apresentam diferenças significativas em suas abordagens, variáveis consideradas e aplicações práticas (MATZARAKIS et al., 1999; JENDRITZKY et al., 2011).

1.5.1.1. Temperatura Equivalente Fisiológica (PET)

O PET (*Physiological Equivalent Temperature*) é um índice baseado na equivalência fisiológica que utiliza um modelo termofisiológico simples para calcular a temperatura equivalente em ambientes controlados. Ele considera variáveis como temperatura do ar, radiação solar, umidade relativa e velocidade do vento, sendo amplamente utilizado por sua simplicidade e facilidade de interpretação. Contudo, sua menor complexidade pode limitar sua precisão em condições ambientais extremas.

A aplicação de índices de conforto térmico, como o PET, é fundamental para compreender como os usuários percebem as condições térmicas em espaços abertos. Baseado no balanço térmico do corpo humano, o PET avalia o impacto do ambiente em termos de estresse térmico e sensação de conforto. Essa abordagem, que combina fatores climáticos e fisiológicos, permite análises mais detalhadas sobre a relação entre a percepção térmica das pessoas e as condições climáticas do local (MATZARAKIS; BLAZEJCZYK; AMELUNG, 2007).

Um diferencial do PET é sua compatibilidade com outros índices de conforto térmico, possibilitando comparações diretas. Assim como o PMV (*Predicted Mean Vote*), desenvolvido por Fanger (1970), o PET utiliza variáveis como temperatura do ar, umidade relativa, velocidade do vento e temperatura média radiante para estimar a sensação térmica dos indivíduos, contribuindo para análises integradas e eficientes.

1.5.1.2. Índice Climático Térmico Universal (UTCI)

O UTCI (Índice Climático Térmico Universal) é um índice avançado desenvolvido pela Comissão da Sociedade Internacional de Biometeorologia (ISB), utilizando um modelo termofisiológico multi-nó que representa um avanço significativo na ciência nas últimas décadas, tanto em termos fisiológicos quanto na teoria de troca de calor (JENDRITZKY et al., 2011). Esse índice combina variáveis meteorológicas, como temperatura do ar, umidade relativa, velocidade do vento e radiação solar, para avaliar de forma detalhada os processos de regulação térmica do corpo humano e suas interações com o ambiente em diferentes condições climáticas.

Uma das principais características do UTCI é sua ampla aplicabilidade a todos os tipos de clima, fornecendo uma classificação detalhada dos níveis de estresse térmico, que variam desde frio extremo até calor extremo. O índice considera uma ampla faixa de condições climáticas: temperaturas entre -50°C e 50°C , diferença entre a temperatura radiante média e a do ar ($T_{\text{rm}} - T_{\text{a}}$) de -30°C a 70°C , velocidades do vento de 0,5 a 30,3 m/s e umidade relativa entre 5% e 100% (com pressão de vapor máxima de 5 kPa).

A temperatura UTCI é definida como a temperatura do ar em um ambiente de referência que provoca o mesmo nível de estresse térmico observado no ambiente real. Essa abordagem permite análises precisas ao integrar os efeitos de vento, radiação, umidade e temperatura, sendo amplamente utilizada para estudar o impacto das condições climáticas no conforto térmico humano.

2. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

2.1. Parque Capibaribe – Recife, Pernambuco

O Projeto Parque Capibaribe surge como uma proposta inovadora e integradora, que une planejamento urbano sustentável e colaborativo com ações locais para melhorar a qualidade de vida e o meio ambiente. Desenvolvido pela Prefeitura do Recife em parceria com a UFPE, o projeto busca reestruturar a relação entre a cidade e o Rio Capibaribe, abrangendo uma zona-parque de 7,4 mil hectares, que conecta 42 bairros e impacta positivamente cerca de 445 mil pessoas (Monteiro, Vieira Filho, Montezuma, 2022, p. 97).

Com um enfoque no redesenho urbano humanizado (figura 14), o projeto prioriza a mobilidade de pedestres e ciclistas, promove a revitalização das margens do rio, cria novas ciclovias, passarelas e espaços públicos, e propõe um sistema de mobilidade ativo e sustentável.

Além disso, visa aumentar consideravelmente a área verde pública até 2037, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas e inspirando um modelo de urbanismo emergente, que combina ciência, saberes tradicionais e participação comunitária, estimulando transformações positivas na cidade e suas paisagens (Monteiro, Vieira Filho, Montezuma, 2022, p. 97).

Figura 14 – Planta de implantação do projeto Parque Capibaribe.



Fonte: Monteiro et. al. (2022).

O Parque Capibaribe surge como um farol de transformação para o Recife, convidando a cidade a se reconectar com sua natureza exuberante e a reconhecer suas singularidades. Com base no Plano Urbanístico de Recuperação Ambiental do Rio Capibaribe (Pura), o projeto é uma proposta ambiciosa de regeneração urbana que visa integrar diretrizes ambientais e urbanísticas, respeitando os sistemas naturais e urbanos da cidade. A partir do Rio Capibaribe, eixo estruturador dessa renovação, o Parque define áreas estratégicas, as "portas" e as "Águas", que unem as margens do rio e as conectam a outros sistemas naturais e culturais, respeitando as particularidades de cada território. Ao promover essa integração e pensar o Recife de forma regenerativa, o Parque Capibaribe não só desenha um futuro mais sustentável para a cidade, mas também fortalece sua identidade como uma verdadeira cidade-parque, onde a convivência harmoniosa entre a urbanidade e a natureza é o caminho para um futuro mais equilibrado e resiliente (Monteiro, Vieira Filho, Montezuma, 2022, p. 97).

Para os autores, um projeto de longo prazo deve ser flexível, com uma estrutura diretora que permita adaptações em tempos e espaços diferentes, abandonando a ideia de um grande plano fechado idealizado apenas pelos planejadores.

Os projetos concebidos somente com uma visão técnica ou política, de modo impositivo, de cima para baixo, têm demonstrado dificuldades ao ser executados ao longo do tempo, pois, além de dependerem de vontades políticas, correm o risco de fracassar por não ouvirem as reais necessidades dos que terão suas vidas impactadas pelas mudanças. Um novo paradigma de planejamento emergente parte da articulação de movimentos de baixo para cima com saberes técnicos e responsabilidades políticas (Monteiro, Vieira Filho, Montezuma, 2022, p. 97).

O projeto Parque Capibaribe (figura 15) busca simplificar a complexidade dos desafios urbanos por meio de ações claras e replicáveis, voltadas à integração dos espaços fragmentados e à superação das barreiras formadas pelos cursos de água. A estratégia modular do projeto permite sua implementação de forma adaptável, com intervenções gradativas que conectam a cidade às suas margens e ao rio. Através de cinco ações transformadoras – chegar, atravessar, abraçar, percorrer e ativar –, o projeto visa um urbanismo regenerativo, criando uma nova relação entre os habitantes e as águas que atravessam a cidade.

Figura 15 – Passarela sobre o rio, Parque Capibaribe.



Fonte: Monteiro et. al. (2022)

A fase inicial do projeto, chamada Encantamento, destaca a valorização do patrimônio histórico e da natureza em uma área densamente ocupada. Esse momento busca criar um espaço de atração e vivência, conectando a paisagem urbana com as características naturais do local.

Os passeios e ciclovias propostas permitem uma imersão no ambiente, onde fauna e flora convivem em harmonia com o rio, revelando um cenário único e dinâmico, repleto de biodiversidade. Animais como capivaras, pássaros e saguis se tornam parte dessa nova paisagem, reforçando a conexão da cidade com a natureza.

Para garantir que as intervenções atendam às necessidades específicas de cada bairro ao longo do Parque Capibaribe, foram desenvolvidas 15 tipologias de equipamentos urbanos, entre eles a ponte de mobilidade ativa, mirante, píer, refúgio de fauna e passarelas sobre o rio.

Figura 16 – Passeio, Parque Capibaribe.



Fonte: Monteiro et. al. (2022).

2.2. Parque Rachel de Queiroz – Fortaleza, Ceará

O Parque Rachel de Queiroz (figura 17), situado na zona Oeste de Fortaleza, Brasil, abrange uma área de 90.969 m² e faz parte de um projeto maior de 203 hectares, com previsão de ser o segundo maior parque da cidade. Concebido como um Parque Linear, o projeto visa interligar 8 bairros da região e otimizar a utilização de áreas públicas ao longo de uma extensão de 10 km.

Desenvolvido pelos arquitetos da Architectus S/S e com início da implementação em 2022, o projeto integra paisagem, drenagem e sustentabilidade, incorporando 9 lagoas

interconectadas que funcionam como *wetlands*, que são sistemas projetados para formarem lagos ou canais que abrigam plantas aquáticas, visando a filtragem natural e a recuperação ambiental da região. A revitalização de áreas verdes inclui a plantação de 600 árvores e a construção de diversos equipamentos para lazer e esporte, como quadras, anfiteatro, playgrounds e ciclovias.

Figura 17 – Vista superior, Parque Raquel de Queiroz.



Fonte: França (2022).

A área escolhida para o Parque Rachel de Queiroz (figura 18) enfrentava vários problemas antes de sua revitalização. A região, que abrigava um grande terreno baldio, estava tomada por lixo irregular e esgoto clandestino, o que agravava a poluição do Riacho Cachoeirinha, recurso hídrico que cortava o terreno. O intenso processo de urbanização da zona Oeste e a escassez de áreas permeáveis geravam frequentes alagamentos, sobrecarregando o sistema de drenagem local. A situação dificultava a apropriação do espaço pela comunidade, além de comprometer a saúde ambiental e a qualidade de vida da população.

Figura 18 – Vista superior, Parque Raquel de Queiroz.



Fonte: França (2022).

O projeto (figura 19) adotou a drenagem como eixo estruturador, incorporando técnicas de *wetlands* para purificar as águas do Riacho Cachoeirinha e melhorar o sistema de drenagem, o que também ajudou a combater os alagamentos. Além disso, as áreas verdes foram ampliadas, criando condições para o desenvolvimento de fauna e flora locais. A infraestrutura do parque inclui passarelas metálicas que conectam os dois lados do riacho e garantem fácil acesso, enquanto o mobiliário urbano, feito com materiais sustentáveis e resistentes, promove a durabilidade do espaço. A integração do projeto com a identidade visual e a sinalização educacional contribui para a apropriação pela comunidade, transformando o local em um espaço público ativo e sustentável.

Figura 19 – Planta superior, Parque Raquel de Queiroz.



Fonte: França (2022).

2.3. Parque da Criança: Requalificação Urbano-Arquitetônica do Parque da Liberdade – Fortaleza, Ceará

A requalificação do Parque da Liberdade – Cidade da Criança (figura 20), em Fortaleza, Brasil, abrange uma área de 26.877 m² e foi projetada pelo escritório Yuri Nobre Arquitetura & Urbanismo. Iniciado em 2022, o projeto busca tornar o parque, inaugurado em 1902 e tombado como patrimônio municipal, um espaço urbano contemporâneo, com ênfase na memória histórica e na experiência lúdica.

A proposta inclui uma paginação orgânica de pisos e o uso de módulos de concreto drenante, com até 90% de permeabilidade. O projeto segue a Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner, defendendo que cada pessoa tem vários tipos de inteligência, que se desenvolve de forma individual, que precisam ser estimuladas de formas diferentes. Baseado nisso o parque se divide em sete ilhas pedagógicas, oferecendo atividades cognitivas e sensoriais para crianças, abordando inteligências como Musical, Lógica, Espacial, Interpessoal, Linguística, Intrapessoal e Motora. Seguem uma abordagem construtivista inspirada no interacionismo de Piaget, promovendo aprendizado pela interação com objetos planejados para cada tema com foco no aprendizado e na interação com o ambiente.

Figura 20 – Projeto Parque da Criança.



Fonte: Nobre (2022).

O parque, com sua rica história, apresentava desafios em relação à conservação de elementos patrimoniais e à adequação do espaço às necessidades contemporâneas dos usuários. O desgaste e os danos sofridos pelas estruturas, aliado ao uso inadequado do espaço, comprometiam tanto a funcionalidade do local quanto a preservação de sua memória afetiva. A falta de dinamismo e a baixa apropriação pela população também eram problemas, considerando que o parque, embora valorizado historicamente, não atraía a presença constante dos moradores da região central de Fortaleza.

A solução proposta para o Parque da Liberdade (figura 21) envolveu um equilíbrio entre o restauro de elementos históricos e a introdução de novas funcionalidades que revitalizam o espaço. Foram aplicadas técnicas de restauro específicas, como a anástilose, para elementos perdidos, incluindo as esculturas de Apolo e Netuno. A proposta também contemplou o uso estratégico de edificações ecléticas para novas funções, como apoio à administração, segurança, e espaços comerciais, como cafés e restaurantes, buscando dinamizar o fluxo de visitantes.

Além disso, a organização do espaço e a criação de um percurso interativo baseado em teorias educacionais construtivistas promovem a educação patrimonial e a apropriação ativa do parque, resgatando seu papel histórico e ampliando sua relevância para a comunidade local.

Figura 21 – Projeto Parque da Criança.



Fonte: Nobre (2022).

2.4. Análise comparativa

Os três estudos de referência usados para apoiar a intervenção têm algumas semelhanças em seus programas de necessidades, mas cada um também apresenta características próprias. Entre os pontos em comum, destacam-se as áreas de lazer, a sustentabilidade, a valorização do patrimônio histórico e a instalação de mobiliário urbano. O quadro abaixo resume os principais pontos compartilhados pelos locais analisados (ver quadro 02).

Quadro 2 – Comparação de programas de necessidades.

Espaços contidos nos programas	Estudo 01	Estudo 02	Estudo 03
Reformulação do traçado	V	V	X
Incentiva a pratica sustentável	V	V	V
Aumento de áreas verdes	V	V	V
Prioriza a mobilidade dos pedestres	V	V	V
Valorização do patrimônio histórico	V	X	V
Arquitetura Sensorial	X	X	V
Uso de materiais de baixo custo e alta durabilidade	X	V	X
Implementação de novos equipamentos para comercio, lazer e convívio	V	V	V
Áreas Sombreadas	V	V	V
Mirante	V	X	X
Playground	V	V	V
Ponte	V	X	X
Academia	V	V	X
Áreas de estacionamentos	X	V	X
Área de Esporte	V	V	V
Anfiteatro	V	V	X
Banheiros Públicos	V	V	V

Fonte: Autor (2025).

3. DIAGNÓSTICO URBANO: Salgueiro e Açude Velho

3.1. Fundação: 1835 – 1864

A história do município de Salgueiro é marcada por contos e lendas que se misturam aos fatos, alimentando o imaginário popular. Situado no interior de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil, o município é localizado a 513 km de Recife, na direção oeste (Prefeitura de Salgueiro, 2024). Assim como em boa parte dos municípios sertanejos, o coronelismo fez parte da história da cidade, principalmente durante os séculos XIX e parte do séc. XX, com alguns coronéis exercendo um papel de destaque na política Salgueirense e no desenvolvimento da cidade — sendo, portanto, fundamentais para a compreensão do contexto de cada época (Prefeitura de Salgueiro, 2024).

Os primeiros aglomerados de casas na região remontam à primeira metade do século XIX, atraídos pela construção de uma capela¹ — que futuramente viria a se transformar na Igreja Matriz de Santo Antônio (figura 22) — cuja história se deu de forma peculiar, envolvendo uma criança perdida na mata e uma promessa de dois pais em desespero (Prefeitura de Salgueiro, 2024).

Conta-se que no dia 21 de dezembro de 1835 o Coronel Manoel de Sá, após regressar de mais uma vistoria nas terras da sua fazenda Boa Vista — notável propriedade localizada na região onde hoje se encontra a cidade de Salgueiro — percebeu a ausência do seu nono filho, o pequeno Raimundo de Sá¹ (Prefeitura de Salgueiro, 2024). Iniciou-se, então, as buscas pelo filho do coronel, que junto a sua esposa, Dona Quitéria, proferiu ao santo católico Santo Antônio a promessa de que se a criança fosse encontrada ainda com vida, uma igreja seria construída no local do achado em homenagem à divindade católica² (Souza, 2014). A busca perdurou por dois dias, sendo o garoto resgatado no dia 23 de dezembro de 1835, “milagrosamente” são e salvo a brincar sob um pé de salgueiro — uma árvore nativa da região que posteriormente inspirou o nome da cidade — a 10 km da fazenda¹. Dona Quitéria, conforme havia prometido, constrói no local a primeira capela de barro coberta de palha, que no ano seguinte seria substituída por uma estrutura de tijolos coberta com telhas, localizada onde hoje se encontra a Igreja Matriz de Santo Antônio¹ (Prefeitura de Salgueiro, 2024).

¹PREFEITURA DE SALGUEIRO. História de Salgueiro. Disponível em: <https://www.salgueiro.pe.gov.br/municipio-historia.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

²SOUZA, João Batista Carvalho de. Antônio Joaquim Soares, o homem, o padre, o político: uma história a ser contada. Pernambuco, 2014.

Figura 22 – Igreja de Santo Antônio.



Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, 1939 (editado pelo autor através de inteligência artificial).

Os trabalhadores atraídos e envolvidos na construção da igreja — como pedreiros, oleiros e carpinteiros — se instalaram na localidade com suas famílias, formando o primeiro núcleo de povoamento¹ (Prefeitura de Salgueiro, 2024). As primeiras casas eram de taipa, refletindo as duras condições de vida daquele povo sertanejo. Surgia, também, o comércio local voltado para a venda de alimentos, utensílios e animais² (Souza, 2014). A aglomeração de pessoas dá início à formação da Vila de Santo Antônio do Salgueiro, elevada a freguesia em 12 de maio de 1843, parte da freguesia de Cabrobó¹. Em 30 de abril de 1864, a freguesia de Santo Antônio do Salgueiro se torna o município de Salgueiro pela Lei Provincial nº 580, tendo como seu primeiro intendente municipal o Major Raimundo de Sá, outrora conhecido como a criança desaparecida encontrada sob o pé de Salgueiro¹ (Prefeitura de Salgueiro, 2024).

3.2. Primeiras décadas

Os primeiros registros oficiais sobre a população de Salgueiro remontam ao período imperial, especificamente ao censo demográfico de 1872, o primeiro realizado no Brasil³. Naquele ano, o município contava com 6.856 habitantes. A maioria da população era formada

¹PREFEITURA DE SALGUEIRO. História de Salgueiro. Disponível em:

<https://www.salgueiro.pe.gov.br/municipio-historia.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

²SOUZA, João Batista Carvalho de. Antônio Joaquim Soares, o homem, o padre, o político: uma história a ser contada. Pernambuco, 2014.

³SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. O coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945). Recife: [s.n.], 2006.

por brancos e pardos livres, representando 95% do total, enquanto apenas 5% eram negros escravizados (Souza, 2014; Silva Júnior, 2006). O censo também indicou um equilíbrio demográfico entre homens e mulheres, com uma ligeira predominância masculina³.

Durante esse período, Salgueiro teve um papel relevante no cultivo do algodão, impulsionado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865). A interrupção da produção norte-americana abriu oportunidades para outras regiões, incluindo o Quilombo de Conceição das Creoulas, que se destacou como uma importante área produtora de algodão. Graças à venda do produto, os descendentes de escravos conquistaram a compra de terras na região³ (Souza, 2014; Silva Júnior, 2006).

O comércio em Salgueiro (figura 23) prosperava graças à diversidade de produtos oferecidos nas feiras semanais³. Entre os itens mais vendidos era possível encontrar tecidos, alimentos perecíveis, utensílios de ferragem, pães e medicamentos. Além disso, a economia local também era impulsionada pela exportação de gado e peles de animais, bem como pela produção de algodão e fibras de caroá — utilizada, em especial, para a fabricação de cordas³ (Souza, 2014; Silva Júnior, 2006).

Figura 23 – Rua Dr. João Pessoa, Salgueiro-PE.



Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, s.d.

No que diz respeito à industrialização, a área urbana de Salgueiro destacava-se em comparação a outros municípios do sertão e da mata. Na década de 1940, cerca de 6,5% da população estava empregada em atividades industriais e manufatureiras, um número significativo para a época. Esse desenvolvimento industrial foi um fator importante para a

economia da cidade e ajudou a diversificar as fontes de emprego além do setor agrícola³. Um fator importante para essa proeminência industrial era o fato do município ser um ponto de cruzamento de duas estradas reais: uma que vinha do litoral (PE, AL, PB) e outra que conectava o Ceará ao Piauí e à margem do São Francisco, facilitando o acesso a Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo² (Souza, 2014; Silva Júnior, 2006).

3.3. Desenvolvimento urbano e início do século XX

O Coronel Veremundo Antônio Joaquim Soares (1878 - 1973), pode ser considerado como uma das figuras mais notáveis na história de Salgueiro durante a primeira metade do século XX, essencial para a compreensão política e social da época. Nascido no próprio município, Veremundo era filho do Padre Antônio Joaquim Soares e destacou-se como um magnata, acumulando grandes extensões de terras e fábricas na região e se consolidando como uma das figuras mais poderosas do sertão pernambucano na sua época. A análise deste personagem será feita a partir de suas duas faces: política e latifundiária (Souza, 2014; Silva Júnior, 2006).

O coronel Veremundo Soares assumiu a prefeitura de Salgueiro no período de 1925 a 1928 e apesar de poucos registros detalhados sobre sua gestão, relatos indicam que sua administração foi responsável pela abertura de novas ruas (figura 24), a construção de escolas e a mudança do cemitério público, transferido para uma área mais afastada³. A decisão de realocar o cemitério deveu-se, em grande parte, às epidemias que atingiram a região, causando impacto na saúde pública³ (Silva Júnior, 2006).

Figura 24 – Av. Agamenon Magalhães, Salgueiro-PE.



Fonte: Prefeitura Municipal do Salgueiro, s.d.

²SOUZA, João Batista Carvalho de. Antônio Joaquim Soares, o homem, o padre, o político: uma história a ser contada. Pernambuco, 2014.

³SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. O coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945). Recife: [s.n.], 2006.

A influência do Coronel Veremundo Soares se estendia além da esfera política, alcançando também o domínio dos meios de produção Salgueirenses. O acúmulo de poder, político e econômico, proporcionou a construção de modernos empreendimentos (figura 25), como a instalação da primeira rede elétrica e a construção do primeiro cinema da cidade, ambos negócios de sua família (Silva Júnior, 2006).

Em Salgueiro, onde a família do coronel Veremundo possui o cinema, a farmácia, o curtume, a casa de saúde, a empresa de energia elétrica, as fábricas de beneficiamento de algodão e de óleo vegetal, a saboaria, o armazém de estivas, lojas de tecidos, casas de aluguel e uma fazenda de mil hectares, tudo vai parar às 11 horas para o enterro do penúltimo coronel do sertão Pernambucano (Jornal O Globo, s.d. apud Silva Júnior, 2006, p. 94).

Essas atividades geravam inúmeros empregos na área urbana, fortalecendo os vínculos de dependência entre o coronel Veremundo Soares e a população local. O clientelismo era uma ferramenta eficaz para manter sua influência política, já que ele utilizava esses empregos como forma de atender aos interesses de seus aliados e reforçar sua posição de prestígio na região³ (Silva Júnior, 2006).

Figura 25 – Comércio de Veremundo Soares, Salgueiro-PE.



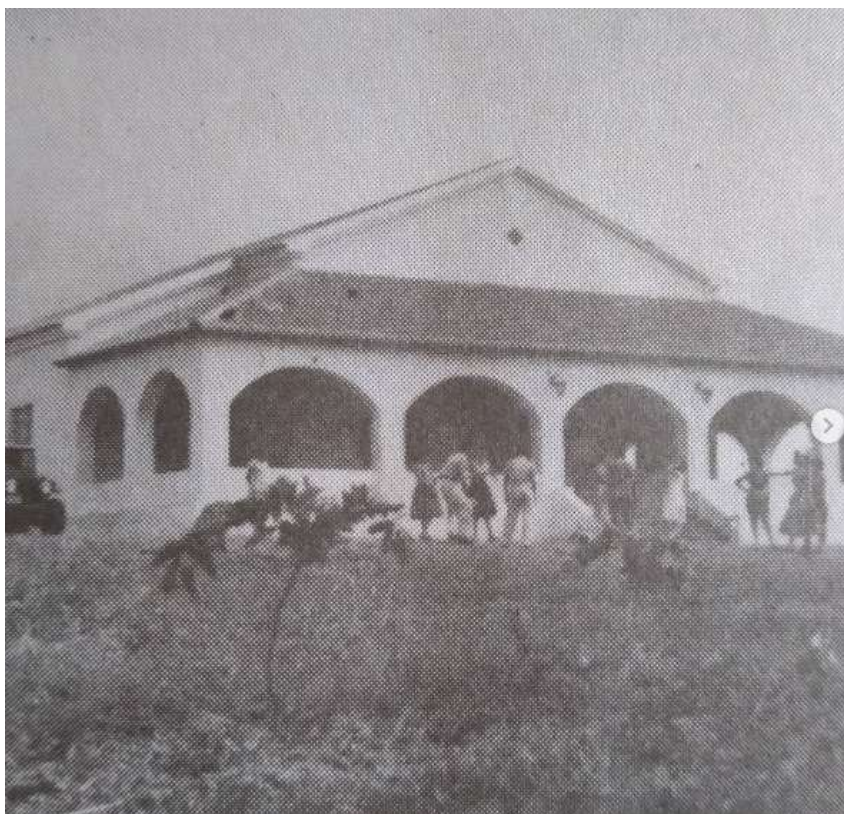
Fonte: Paulo Jarleno, s.d.

A concentração fundiária era uma característica marcante da estrutura agrária de Salgueiro e do sertão pernambucano como um todo (Silva Júnior, 2006). Esse fenômeno refletia-se não apenas na distribuição desigual de terras, mas também na proteção governamental concedida às grandes lavouras em detrimento das culturas de subsistência.

A concentração fundiária se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura — à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau, ao algodão, ao caroá — e do completo desprezo às lavouras de subsistência ou lavouras de pobre como eram conhecidas no Nordeste (Manuel Correia de Andrade, 1998 apud Silva Junior, 2006, p. 84)

As propriedades (figura 26) do Coronel Veremundo, somadas, ultrapassavam os 600 módulos, o que o classificava como latifundiário por dimensão³. Além disso, ele também era considerado latifundiário por exploração, uma vez que apenas em sua propriedade de Monte Alegre, mais de 100 hectares de terra eram irrigados e produtivos, abastecendo os mercados locais com significativa produção agrícola³ (Silva Júnior, 2006).

Figura 26 – Casarão em Fazenda de Veremundo Soares, Salgueiro-PE.



Fonte: Silva Junior, 2006.

Em termos de posse fundiária, dados revelam que cerca de 90% das terras na região eram legalmente reconhecidas, abrangendo um total de 1.301 estabelecimentos³. Desse total, 65 unidades, somando 375 hectares, estavam sob regime de arrendamento, enquanto outras 330 propriedades tinham situações jurídicas indefinidas ou eram ocupadas pelos atuais produtores³. Pierson (1972 apud Silva Junior, 2006) descreve que o uso e posse da terra seguiam quatro categorias: a posse direta pelos proprietários, fazendeiros e sitiantes; o arrendamento, em que os arrendatários eram conhecidos como rendeiros ou meeiros; a permissão de uso concedida pelos proprietários, caracterizando os moradores; e a mera ocupação, típica dos posseiros ou ocupantes. Essas formas de uso da terra refletem a complexidade das relações fundiárias no sertão pernambucano da época.

3.4. Sociedade e economia na atualidade

De acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Salgueiro contava com uma população de 62.372 habitantes distribuídos em um território de 1.678,564 km², resultando em uma densidade demográfica de 37,16 habitantes por quilômetro quadrado, caracterizando uma ocupação moderada. A pirâmide etária revela uma população em processo de envelhecimento, com baixa taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. A maior concentração populacional está entre 20 e 44 anos, representando a força de trabalho ativa, enquanto mulheres predominam nas faixas etárias mais avançadas.

Em termos socioeconômicos, os trabalhadores formais recebiam em média 1,9 salários mínimos por mês em 2022, indicando um poder aquisitivo moderado. O PIB per capita, de R\$ 16.278,25 em 2021, posicionava o município em 37º lugar no estado de Pernambuco e 3.578º no ranking nacional, revelando um desempenho econômico mediano. A infraestrutura urbana de Salgueiro apresenta um cenário de contrastes: 62,8% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado, e 80,9% das vias são arborizadas; no entanto, apenas 2,4% das ruas possuem urbanização completa, incluindo bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio. Esses dados demonstram avanços em qualidade de vida urbana, embora desafios significativos ainda persistam em termos de infraestrutura e planejamento.

No âmbito da saúde e educação, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 96,7% em 2010, refletindo um bom desempenho educacional no município. Contudo, a

mortalidade infantil apresentava uma média de 10,68 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, apontando para áreas que ainda necessitam de atenção em termos de saúde pública.

3.5. Espaços livres públicos de Salgueiro

Em Salgueiro, embora haja uma diversidade de praças públicas, a cidade conta com apenas dois parques urbanos: o Parque das Crianças e o Parque do Açude Velho. A observação desses espaços livres públicos revela uma carência significativa de áreas verdes e sombreamento, fatores essenciais para o conforto ambiental e social dos usuários.

O Parque das Crianças (figura 27), inaugurado na década de 1980, no bairro Alto do Curtume, é um dos exemplos de áreas verdes que perdeu suas características originais ao longo do tempo. Inicialmente, o parque possuía uma rica vegetação, composta por árvores como mangueiras, tamarindos, palmeiras e algarobas, além de um mini zoológico que abrigava diversas espécies de animais, como cotias, porquinhos-da-índia, seriemas e macacos-prego (Cristiano Conserva, 2024). No entanto, após uma enchente em 2002, a infraestrutura foi severamente danificada, resultando em um longo período de abandono. Quando reaberto em 2009, o parque havia perdido grande parte de sua estrutura original, inclusive a vegetação que proporcionava sombra e conforto térmico aos visitantes.

Figura 27 – Parque das Crianças.



Fonte: Cascio Junior, 2021.

Outro exemplar encontrado na cidade é a Praça Padre Manoel Garcia (figura 28), conhecida como “Praça do Santuário” e inaugurada em 2020 pela Prefeitura de Salgueiro (Chico Gomes, 2020). Com mais de 4 mil m², a praça é equipada com iluminação LED, bancos e piso intertravado, oferecendo um espaço moderno para o convívio social. Contudo, a ausência de vegetação e sombreamento adequados torna o espaço mais utilizado à noite, enquanto durante o dia é amplamente subutilizado devido ao desconforto gerado pelo calor excessivo.

Figura 28 – Praça Padre Manoel Garcia.



Fonte: Alvinho Patriota, 2020.

Partindo para o extremo oeste da cidade, no bairro COHAB, a Praça C.E.U. (figura 29) integra o programa de criação dos Centro de Artes e Esportes Unificados, que busca integrar atividades culturais, esportivas e de lazer (Prefeitura de Salgueiro, 2018). Essa iniciativa também sofre notadamente com a falta de vegetação, o que limita a funcionalidade da praça durante os horários diurnos.

Figura 29 – Atividade física na Praça C.E.U.



Fonte: Santana, 2015.

3.6. O Açude Velho

Durante as épocas de grandes secas que assolaram o sertão pernambucano, os moradores de Salgueiro recorriam, em grande parte, ao Açude Velho (figura 30) como fonte hídrica, se tornando fundamental para a sobrevivência da população local. Não há registros precisos sobre o ano de inauguração do açude, mas depreende-se que o reservatório já abastecia a região desde seus períodos de vila, em meados de 1835, conforme cita Souza (2014).

Se não fosse o açude velho”, dizem os moradores, “Salgueiro não tinha vingando, sustentou a população pobre até os anos 1960 quando veio à água do açude do D.N.O.C.S (Souza, 2014, p. 11).

Figura 30 – Parede do Açude Velho, Salgueiro-PE.



Fonte: Arquivo Público do Estado De Pernambuco Jordão Emerenciano, s.d.

Atualmente, o lago artificial apresenta uma água imprópria para consumo ou banho. Na superfície do açude é possível identificar a espécie *Eichhornia crassipes*, que indica poluição nas águas (figura 31), já que se desenvolvem em ambientes eutrofizados, ou seja, com altas concentrações de matéria orgânica.

Figura 31 – Poluição no Açude Velho, Salgueiro-PE.



Fonte: Acervo da Prefeitura, 2024.

3.7 Análise morfológica

3.7.1 Topografia

O terreno onde o açude está localizado apresenta um relevo suave a moderado, com cotas altimétricas variando entre 42,2 m e 43,778 m, resultando em um desnível total de aproximadamente 1,578 m. A elevação aumenta de forma gradual, mas irregular, indicando a presença de áreas planas (como o espelho d'água, onde valores se repetem) e pequenos declives, sem grandes variações abruptas. Essa topografia sugere uma depressão natural propícia para o represamento, com margens pouco inclinadas e sem elevações significativas que possam comprometer a estabilidade do reservatório.

Figura 32 – Topografia do terreno.



Fonte: Autor (2025).

3.7.2. Parcelamento do solo

Na área do bairro Divino Espírito Santo (figura 3), os lotes localizados em áreas acidentadas apresentam maior irregularidade tanto em suas formas quanto na distribuição. Essa configuração pode ser reflexo da ocupação espontânea e da ausência de um planejamento urbano consistente, resultando em assentamentos informais que carecem de infraestrutura adequada e de integração ao tecido urbano.

Figura 33 – Morro do Divino Espírito Santo, Salgueiro-PE.



Fonte: Autor (2025).

Em contrapartida, no bairro central, observa-se maior alinhamento dos lotes ao longo das vias, evidenciando um planejamento mais estruturado. Apesar disso, as formas dos lotes variam, possivelmente em função de adaptações realizadas ao longo do tempo para atender às demandas locais, como a construção de edificações comerciais ou residenciais. Essa diferença entre as áreas ressalta a disparidade nas dinâmicas de ocupação e uso do solo em diferentes partes da cidade. (ver figura 3)

Figura 34 – Mapa de parcelamento de solo.

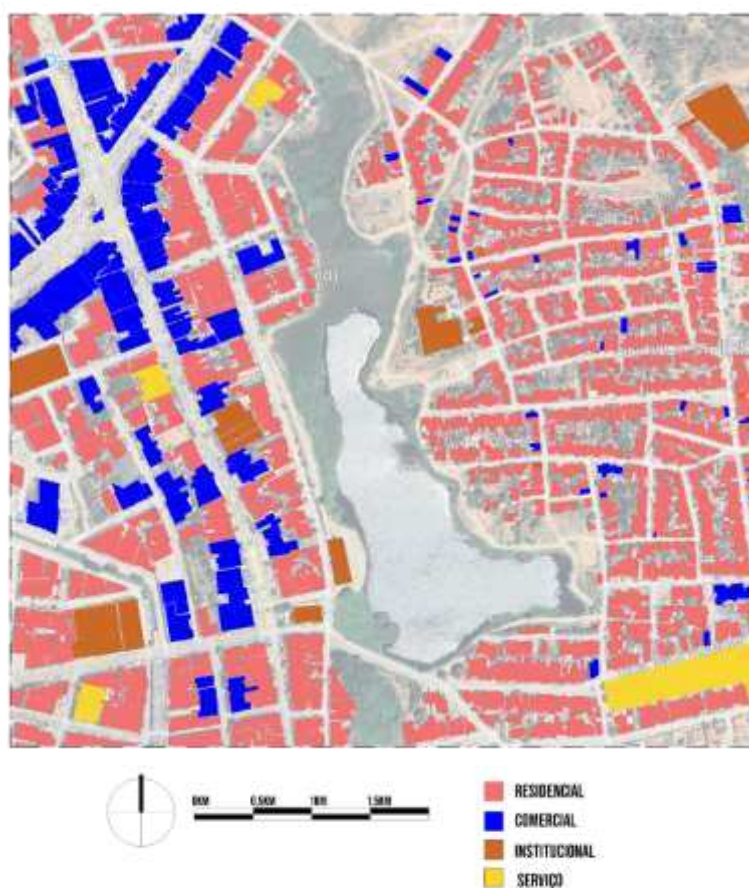


Fonte: Autor (2025).

3.7.3. Uso e ocupação do solo

Os usos comerciais estão majoritariamente concentrados no centro comercial da cidade, consolidando a área como o principal polo econômico local. Em contrapartida, o bairro Divino Espírito Santo apresenta uma ocupação predominantemente residencial, caracterizando-se como uma região de moradia (ver figura 35).

Figura 35 – Mapa de ocupação do solo.



Fonte: Autor (2025).

No que se refere à infraestrutura, destacam-se os seguintes equipamentos presentes na área: o Museu do Couro (figura 36), o CVT – Centro de Vocação Tecnológico (figura 37), o Projeto Comunitário de Atendimento à Criança e ao Adolescente (PROAC), o Mercado Público, a Escola Manoel Leite e a Escola Osmundo Bezerra. Esses equipamentos representam uma oferta diversificada de serviços educacionais, culturais e comunitários, contribuindo para a qualidade de vida da população local.

Figura 36 – Museu do Couro.



Figura 37 – Centro de Vocação Tecnológico.



Fonte: Autor (2025).

3.7.4. Sistema viário

Na hierarquia viária (figura 38) da cidade de Salgueiro, destacam-se a Avenida Major Antônio Rufino e a Rua Joaquim Sampaio como vias arteriais, desempenhando papel fundamental na conexão e fluxo do trânsito urbano. As demais vias da área apresentam funções mistas, atuando tanto como coletoras quanto como vias locais, responsáveis por garantir o acesso direto aos lotes e atender às demandas de circulação interna.

Figura 38 – Mapa da malha viária.



Fonte: Autor (2025).

3.7.5. Dados bioclimáticos

A ABNT NBR 5220-3 de 2005, divide o território brasileiro em 8 zonas bioclimáticas, de acordo com as características de cada localidade. O município de Salgueiro está localizado na zona bioclimática 7, que abrange parte do semiárido nordestino brasileiro caracterizado por um clima predominantemente quente e seco. Para a zona citada, a NBR 5220-3 recomenda a utilização de pequenas aberturas para ventilação, sombreamento dessas aberturas, e vedações externas com materiais pesados. Para o verão, as estratégias bioclimáticas sugeridas são: resfriamento evaporativo e o uso de massa térmica para reduzir o calor e ventilação seletiva, aproveitando a diferença de temperatura entre o interior e o exterior para refrescar o ambiente.

O primeiro gráfico (figura 39) mostra o clima semiárido de Salgueiro, com temperaturas médias máximas atingindo 40°C nos meses mais quentes (como novembro e dezembro) e mínimas caindo para 10°C no inverno (junho-julho). A precipitação é concentrada entre janeiro e abril, com pico de 125 mm em março, enquanto o resto do ano é extremamente seco (próximo de 0 mm), caracterizando a típica estação seca do sertão nordestino, marcada por alta amplitude térmica e chuvas irregulares.

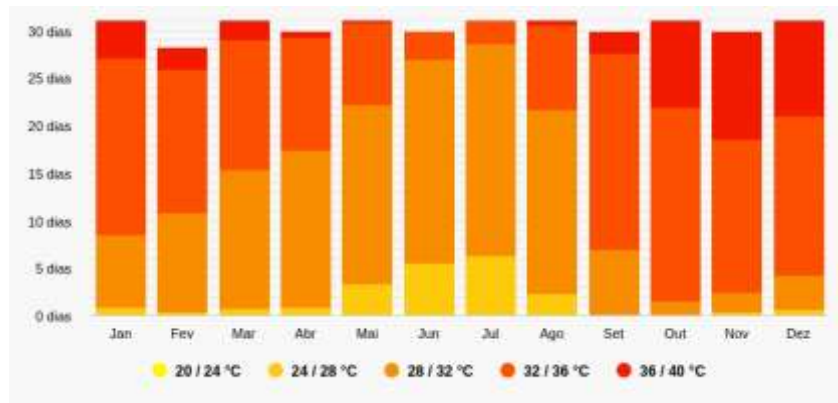
Figura 39 – Gráfico de temperaturas máximas e mínimas.



Fonte: Metoblue (2025).

Em seguida, a figura 40 apresenta a distribuição mensal de dias com diferentes faixas de temperatura em Salgueiro, mostrando que os meses mais quentes (como outubro a dezembro) têm predominância de dias na faixa mais alta (36-40°C), enquanto os meses mais amenos (junho a agosto) registram mais dias nas faixas 24-28°C ou 28-32°C. A ausência de dias abaixo de 24°C na maior parte do ano reforça o clima tipicamente quente da região, com variações sazonais moderadas, característico do semiárido nordestino.

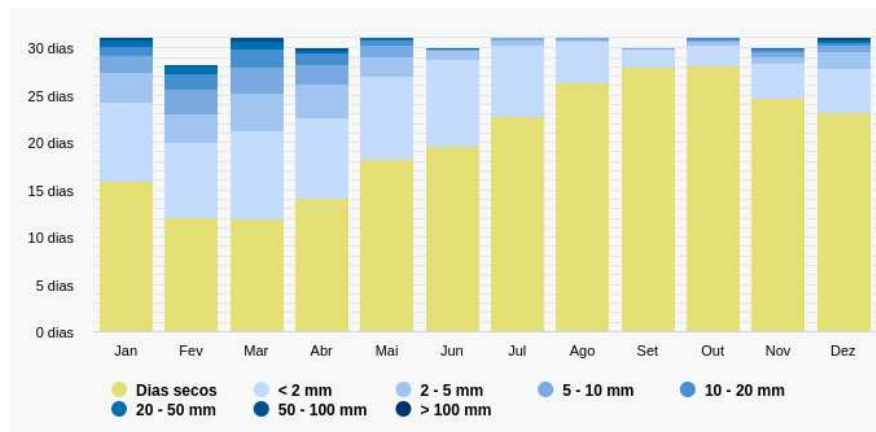
Figura 40 – Gráfico de insolação.



Fonte: Metoblue (2025).

A figura 41 mostra a distribuição mensal de dias com diferentes volumes de precipitação em Salgueiro, revelando que a maioria dos meses (especialmente de maio a dezembro) é dominada por dias secos (sem chuva), enquanto os meses chuvosos (janeiro a abril) apresentam dias com precipitação variando entre <2 mm e >100 mm, sendo março o mês com maior frequência de dias com chuvas intensas (acima de 50 mm). Esse padrão confirma o regime típico do semiárido: uma estação chuvosa curta e irregular, seguida por um longo período de seca.

Figura 41 – Gráfico de chuvas.



Fonte: Metoblue (2025).

Por fim, o gráfico de rosa dos ventos mostra a direção predominante e a intensidade dos ventos em Salgueiro, indicando que os ventos mais frequentes vêm do quadrante leste (E, ESE, SE), com velocidades geralmente entre 2-20 km/h. Ventos mais fortes (acima de 20 km/h) são menos comuns e ocorrem principalmente nas direções nordeste (NE) e leste (E), enquanto

ventos fracos (<2 km/h) são esporádicos. Esse padrão reflete a influência dos sistemas de ventos alísios e da circulação atmosférica típica do semiárido nordestino.

Figura 42 – Rosa dos ventos.



Fonte: Metoblue (2025).

4. PROPOSTA: Ecoparque Sementes do Sol

A área do projeto está situada na região central (figura 43) da cidade de Salgueiro, sendo delimitada, ao oeste, pelo centro comercial do município e, ao leste, pelo bairro Divino Espírito Santo. Essa localização centraliza o projeto em uma área de grande relevância para o cotidiano da cidade, conectando diferentes usos urbanos. Com uma área de intervenção de aproximadamente 98.590,09 m², o espaço apresenta grande potencial para transformações que possam beneficiar a comunidade local e o meio ambiente.

Figura 43 – Mapa de implantação do parque urbano.



Fonte: Autor (2025).

No que diz respeito à fauna (figura 44), o local abriga algumas espécies nativas, como aves e peixes, além de espécies exóticas introduzidas, como os jacarés, que não fazem parte do ecossistema original e podem impactar a dinâmica ambiental.

Figura 44 – Fauna e flora.



Fonte: Autor (2025).

Em relação à flora, predomina a *Eichhornia crassipes*, conhecida como “baronesa”, uma planta aquática que, apesar de sua aparência característica, sinaliza a má qualidade da água, indicando problemas ambientais que devem ser abordados no projeto (figura 45).

Figura 45 – Açude Velho, Salgueiro-PE.



Fonte: Autor (2025).

4.1. Condicionantes legais, urbanísticas e arquitetônicas

Os reguladores da ocupação do solo urbano definem os parâmetros urbanísticos, os quais são modificados considerando a diversidade das zonas urbanas. Esses parâmetros abrangem o coeficiente de aproveitamento, gabarito, taxa de permeabilidade, taxa de ocupação e afastamento (Plano Diretor de Salgueiro, 2008).

Paralelamente, as operações urbanas consorciadas, previstas no Plano Diretor do município de Salgueiro, estabelecem que um conjunto articulado de intervenções e medidas deve ser prolongado pelo município, com a colaboração de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados. O objetivo dessas ações é viabilizar transformações urbanísticas estruturais, promover melhorias sociais e transformações na valorização ambiental, destacando-se a ampliação de espaços públicos e a execução de programas que aprimorem a infraestrutura (Plano Diretor de Salgueiro, 2008).

O Plano Diretor de Salgueiro prevê que as operações urbanas consorciadas podem incluir uma série de medidas, como a expansão de espaços públicos e a implantação de equipamentos urbanos e comunitários. Assim, são ressaltadas informações relevantes do Plano Diretor Municipal de Salgueiro, que se inserem na categoria de estudo preliminar abordado nesta pesquisa, conforme detalhado na Tabela 3.

Quadro 3 – Plano Diretor de Salgueiro.

PONTO	ESPAÇO
Taxa de ocupação máxima	80%
Percentual de aproveitamento	20%
Coefficiente de aproveitamento	1.2
Passeios públicos	1,50 m

Fonte: Prefeitura de Salgueiro (2008).

4.2. Partido arquitetônico e urbanístico

Como partido urbanístico, propõe-se a aplicação dos 3 pilares fundamentais citados anteriormente no capítulo 1: Vitalidade, sustentabilidade e conforto. A partir destes princípios urbanos é que se desenvolve o programa de necessidades apresentado a seguir.

Figura 46 – Princípios urbanos.

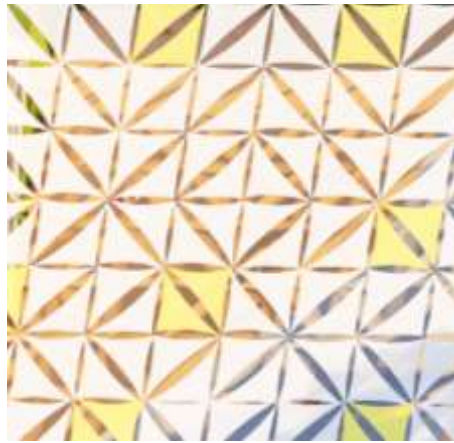


Fonte: Autor (2025).

Tratando-se de formas, o partido formal utiliza de formas triangulares, tendo o triângulo amarelo como linguagem gráfico presente em diversas partes do projeto, seja como cobertura

ou nas formas dos caminhos. Além do triângulo, utilizou-se o arco na fachada do parque, assim como na logo do projeto.

Figura 47 – Triângulo, partido formal.



Fonte: Autor (2025).

Figura 48 – Arco, partido formal.



Fonte: Autor (2025).

O parque urbano Sementes do Sol recebe o nome em homenagem ao jornalista, escritor e romancista salgueirense Raimundo Carrero, uma referência cultural importante para a cidade. O título remete à sua obra "As Sementes do Sol: O Semeador", publicada em 1981, destacando o vínculo do autor com a história e a identidade local (ver figura 49).

Figura 49 – Logo do projeto.



Fonte: Autor (2025).

4.3. Programa de necessidades

O programa de necessidades (quadro 04) para o projeto de um parque urbano visa atender a diferentes funções e proporcionar diversidade de usos para a comunidade, sendo pensado mediante as diretrizes urbanas. A área mínima para os espaços de lazer, como playground e áreas de convívio social, deve ser de 200m² e 150m², respectivamente, garantindo que as pessoas possam interagir e se divertir com conforto. Para atividades físicas, são previstas uma pista de caminhada com 1,20m de largura e ciclofaixa de 1,50m de largura, promovendo saúde e mobilidade.

A contemplação também é valorizada, com espaços como uma ponte e deck de 150m² cada, permitindo que os visitantes desfrutem do ambiente e da paisagem. Serviços essenciais como banheiros e estacionamento são igualmente contemplados, com áreas mínimas de 45m² e 450m², respectivamente. Por fim, para atender ao comércio e à alimentação no local, está previsto a implantação de quiosques, com área de 100m², oferecendo mais comodidade e atraindo usuários para o parque.

Quadro 4 – Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES		
USO	ESPAÇO	ÁREA MINIMA
Esporte	Quadras society Quadras de areia	800m ² 300m ²
Infantil	Playground	100m ²
CIRCULAÇÃO E MOBILIDADE	Passarelas sobre a água Pontes de travessia Ciclofaixa	- - -
COMERCIAL	Quiosque	9m ²
AREAS VERDES	Praça Wetlands Áreas arborizadas	500m ² 600m ² -
APOIO	Centro administrativo Banheiro público Estacionamento	45 m ² 450 m ² 1000 m ²

Fonte: Autor (2025).

4.4. Zoneamento

As vias planejadas para o parque desempenharão um papel fundamental na organização e acessibilidade do espaço. Elas permitirão que os usuários circulem livremente por todas as áreas de lazer e convivência, conectando os diferentes espaços e promovendo uma integração fluida entre os ambientes. Além disso, essas vias garantirão a ligação direta do parque com as instituições acadêmicas e culturais localizadas em seu entorno, ampliando seu alcance e consolidando sua função como um eixo de interação urbana. (ver figura 48)

Figura 50 – Zoneamento dos passeios.



Fonte: Autor (2025).

Baseado nos princípios de sustentabilidade, conforto e vitalidade, e considerando a presença dos equipamentos urbanos existentes como a Escola PROAC e o Museu da Cultura, propõe-se a divisão do parque em três áreas temáticas principais: Águas da Cultura, Águas da Natureza e Águas do Futuro.

Figura 51 – Zoneamento do parque.

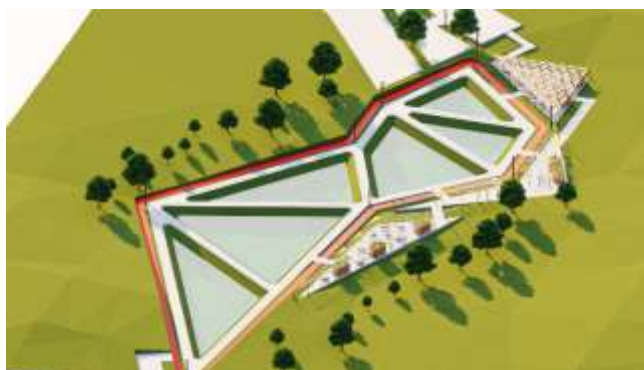


Fonte: Autor (2025).

4.5. Águas da Natureza

Este setor representa a dimensão ambiental do projeto, onde sistemas de wetlands e ilhas flutuantes de biofiltragem processam naturalmente as águas pluviais, criando habitats para fauna aquática. A rede de ciclovias com pavimento fotocatalítico se entrelaça com passarelas elevadas de madeira certificada, permitindo o contato seguro com os ecossistemas aquáticos. O food park sustentável, com quiosques alimentados por energia solar e sistema de compostagem, oferece gastronomia local em harmonia com o meio ambiente.

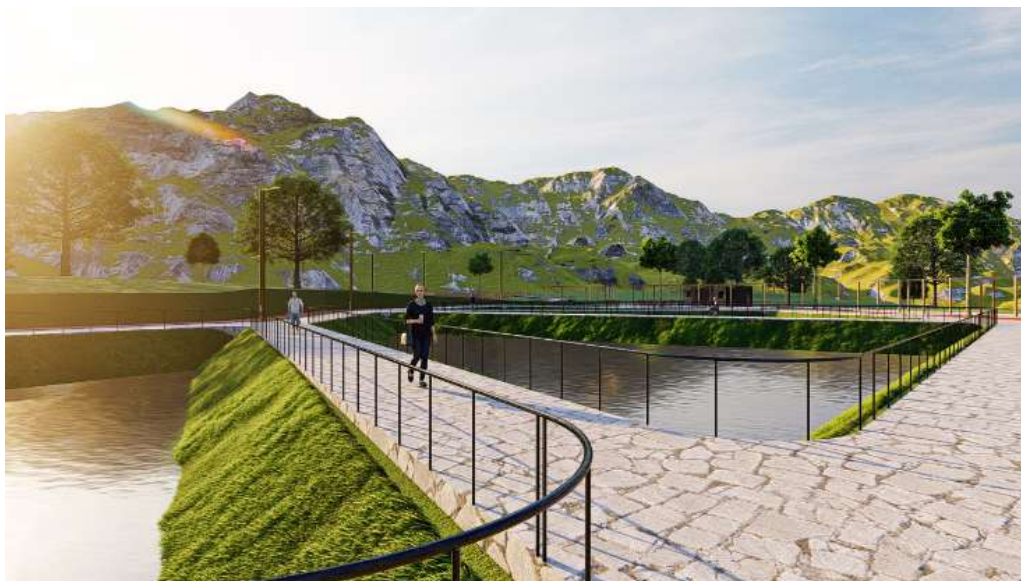
Figura 52 – Renderização superior da praça.



Fonte: Autor (2025).

Quanto à revitalização ambiental, o parque incorporará técnicas de bioengenharia para recuperar áreas degradadas, com o plantio massivo de espécies vegetais nativas que requeiram pouca manutenção e criação das wetlands, ilhas de filtragem. Essas medidas não só restaurarão o ecossistema local como também criarão habitats para a fauna silvestre, aumentando a biodiversidade urbana.

Figura 53 – Renderização Águas da Natureza.



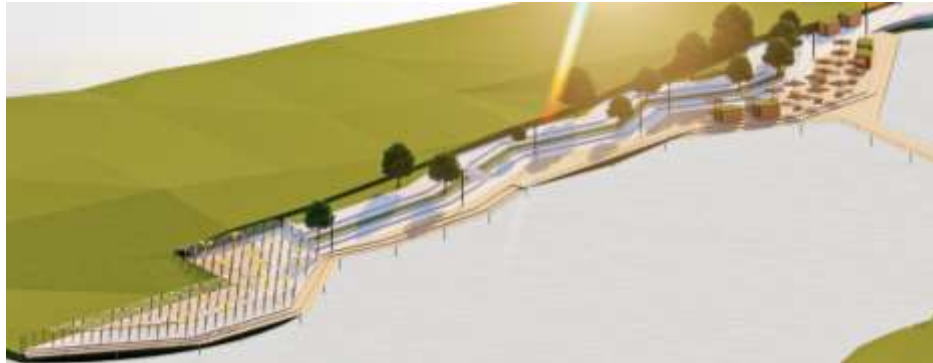
Fonte: Autor (2025).

Por fim, a criação de microclimas será alcançada através do arranjo estratégico da vegetação, com árvores de grande porte para sombreamento, arbustos para quebra-ventos e espelhos d'água para regulação térmica. Esses elementos trabalharão em conjunto para amenizar as temperaturas extremas, reduzindo o efeito de ilha de calor urbana. Esta abordagem integrada resultará num espaço multifuncional que alia mobilidade ativa, regeneração ecológica e conforto ambiental, servindo como modelo para o desenvolvimento urbano sustentável e melhorando significativamente a qualidade de vida na cidade.

4.6. Águas da Cultura

Situado em sinergia com o Museu da Cultura, este setor foi concebido como um espaço de encontro e expressão artística. O complexo integra uma arquibancada modular para 200 pessoas, um palco/deck multifuncional com cobertura bioclimática e um píer contemplativo sobre o espelho d'água.

Figura 54 – Renderização superior da zona águas da cultura.



Fonte: Autor (2025).

A concepção prioriza a ergonomia urbana através de: microclimas gerados por pergolados vegetados, pavimentos termorreguladores e circuitos acessíveis que conectam-se diretamente aos equipamentos culturais existentes. Os materiais empregados - como madeira e concreto permeável - reforçam o caráter sustentável do espaço, que servirá como palco para festivais ao ar livre e programação cultural integrada.

Figura 55 – Quiosques.



Fonte: Autor (2025).

4.7. Águas da Futuro

Por fim, Águas do Futuro, posicionado próximo à Escola PROAC, destinar-se-á ao público infantojuvenil com playground, quadras de areia, campo Society e pista de corrida.

Figura 56 – Renderização superior da zona águas do futuro



Fonte: Autor (2025).

Figura 57 – Quadras de areia.



Fonte: Autor (2025).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho demonstrou a importância dos espaços públicos urbanos, em especial dos parques, como elementos fundamentais para a qualidade de vida nas cidades, especialmente em contextos de médio e pequeno porte, como o município de

Salgueiro-PE. A análise histórica e teórica evidenciou que os parques urbanos não são apenas áreas de lazer, mas também agentes transformadores capazes de mitigar problemas como a degradação ambiental, a falta de mobilidade e a exclusão social. A proposta de reabilitação do Açude Velho, apresentada neste estudo, surge como uma resposta integrada a esses desafios, alinhando-se às necessidades da comunidade local e às diretrizes de sustentabilidade e resiliência urbana.

A fundamentação teórica permitiu compreender a evolução dos parques urbanos, desde seus primórdios como espaços elitizados até sua consolidação como áreas democráticas e multifuncionais. Exemplos como o Central Park, em Nova York, e o Parque Capibaribe, em Recife, ilustraram como projetos bem planejados podem conciliar preservação ambiental, mobilidade ativa e inclusão social. Essas referências foram essenciais para orientar a proposta do Ecoparque Açude Velho, que busca não apenas revitalizar um corpo d'água degradado, mas também criar um espaço de convívio, cultura e esporte para a população.

O diagnóstico urbano de Salgueiro revelou as particularidades do Açude Velho e seu entorno, destacando questões como a poluição das águas, a falta de infraestrutura e a carência de áreas verdes. A análise morfológica e bioclimática forneceu subsídios para um projeto adaptado ao clima semiárido, com estratégias como a criação de microclimas, a utilização de wetlands para tratamento da água e a priorização de materiais e vegetação adequados ao contexto local. Além disso, a abordagem participativa, inspirada em experiências como o Parque Capibaribe, reforçou a necessidade de envolver a comunidade no processo de planejamento, garantindo que o espaço atenda às suas reais demandas.

A proposta do Ecoparque Sementes do Sol foi estruturada em três eixos principais:

- **Revitalização ambiental:** A recuperação do açude por meio de sistemas de biofiltragem e a reintrodução de espécies nativas visam restaurar o ecossistema local, transformando-o em um espaço sustentável e educativo.
- **Mobilidade e acessibilidade:** A implantação de ciclovias, passeios amplos e passarelas sobre o açude promove a conexão entre o centro comercial e o bairro Divino Espírito Santo, incentivando deslocamentos não motorizados e seguros.

- Inclusão social e cultural: A criação de áreas como a Praça Raimundo Carrero e o setor Águas da Cultura valoriza a identidade local, oferecendo espaços para eventos, atividades físicas e interação comunitária.

Em síntese, este trabalho demonstrou que a reabilitação do Açude Velho vai além de uma intervenção paisagística: trata-se de uma oportunidade para transformar um espaço subutilizado em um catalisador de desenvolvimento urbano sustentável. Ao integrar mobilidade, meio ambiente e inclusão social, o projeto não apenas resgata o potencial histórico e afetivo do local, mas também estabelece um modelo replicável para outras cidades sertanejas. A implementação dessa proposta pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida em Salgueiro, mostrando que, mesmo em contextos de escassez de recursos, é possível criar ambientes urbanos mais saudáveis, resilientes e socialmente justos.

Por fim, este estudo reforça a importância de políticas públicas que priorizem a criação e manutenção de espaços livres públicos de qualidade, garantindo que eles sejam acessíveis, funcionais e adaptados às necessidades das comunidades. O Ecoparque Açude Velho representa um passo nessa direção, oferecendo um legado de sustentabilidade e equidade para as gerações futuras

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Klaus Chaves; BARBOSA, Sabrina Andrade. Praças Urbanas: reflexões e recomendações para planejamento e projeto. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Parques urbanos:** transformações e permanências ao longo da história. Revista Vitruvius, Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.247/7960>. Acesso em: 23 set. 224.

ALENCAR, Juliana. Técnicas para revitalização de rios urbanos. São Paulo, 2017.

AMELUNG, B.; BLAZEJCZYK, K.; MATZARAKIS, A. (Eds.). Climate Change and Tourism: Assessment and Coping Strategies. Maastricht – Warsaw – Freiburg, 2007.

ARCHDAILY. Cidade da Criança, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/931889/projeto-transforma-a-praca-da-liberdade-de-fortaleza-em-uma-cidade-das-criancas>. Acesso em: 15 set. 2024.

ARISTÓTELES. Política. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10151: Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 10152: Acústica - Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e estratégias de condicionamento térmico passivo para habitações de interesse social. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BENEVOLO, L. História da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

BOTARI, A.; BOTARI, J. C.; ARAUJO, G. S.; NERIS, C. F. D.; AL MEIDA, B. I. Estudos do regime sazonal de ruído ambiental em espaços públicos abertos no município de Umuarama - PR. In: XIV SAFETY, HEALTH AND ENVIRONMENT WORLD CONGRESS. 2014, Cubatão, Brasil.

CALLEJA, A.; DÍAZ-BALTEIRO, L.; MERCHAN, C.; SOLIÑO, M. Acoustic and economic valuation of soundscape: An application to the 'Retiro' Urban Forest Park. Urban Forestry & Urban Greening, v. 27, p. 272-278, 2017.

CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, 21 a 27 de outubro de 1995. Lisboa, 1995.

Cengiz, B. - Urban River Landscapes. Advances in Landscape Architecture”, book edited by Murat Özyavuz, ISBN, p. 978-953, 2013.

Cengiz, B. - Urban River Landscapes. Advances in Landscape Architecture”, book edited by Murat Özyavuz, ISBN, p. 978-953, 2013.

Circe Maria Gama Monteiro, Luiz Goes Vieira Filho, Roberto Montezuma. Parque Capibaribe: a reinvenção do Recife Cidade Parque. 2ª. ed. - Recife, PE : Cepe, 2022.

CONSERVA, Cristiano. Parque da Criança. Disponível em: https://www.instagram.com/salgueiroemfotos/p/C_q4MLfOMha/?img_index=1. Acesso em: 27 set. 2024.

CORONIO, Guy; MURET, Jean-Pierre. Loisirs: guide pratique des équipements. Paris: CRU, 1976.

CULLEN, G. Paisagem Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

CUMMINS, R.A.; GULLONE, E. Why We Should Not Use 5-Point Likert Scales: The Case for Subjective Quality of Life Measurement. In. International Conference on Quality of Life in Cities, 2, 2000.

DEL RIO, V. Introdução ao Desenho Urbano: Processo de Planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

Findlay, S. J.; Taylor, M. P. - Why rehabilitate urban river systems?. Area, v. 38, n. 3, p. 312-325, 2006.

G1. Primeira etapa do Parque Sanhauá é entregue em João Pessoa. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/07/primeira-etapa-do-parque-sanhaua-e-entregue-em-joao-pessoa-moradores-protestam.ghml>. Acesso em: 19 set. 2024.

GEHL, J. Cidades para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013, p3 – 116.

GOFFMAN, Erving. The Presentation of Self in Everyday Life. Garden City, NY: Doubleday, 1959.

HABRAKEN, N. John. Supports: An Alternative to Mass Housing. Londres: Architectural Press, 1972.

HOLANDA, Armando de. Roteiro para construir no Nordeste. Recife, MDU/UFPE, 1976

HONEY-ROSÉS, J., ANGUELOVSKI, I., CHIREH, V. K., DAHER, C, KONIJNENDIJK VAN DEN BOSCH, C., LITT, J. S., NIEUWENHUIJSEN, M. J. The impact of COVID-19 on public space: an early review of the emerging questions – design, perceptions and inequities. Cities & Health, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo de 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2024.

JENDRITZKY, Gerd; DEAR, R.; HAVENITH, George; BŁAŻEJCZYK, Krzysztof; FIALA, Dusan; MARSHALL, S.; HOLMÉR, Ingvar; RINTAMÄKI, Hannu; KAMPANN, Bert; MALCHAIRE, Jacques. UTCI—Why another thermal index? *International Journal of Biometeorology*, v. 56, n. 3, p. 421–428, 2012.

KLIASS, R. G., & Magnoli, M. M. Áreas verdes de recreação. *Paisagem e Ambiente*, (21), p. 245-256, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i21p245-256>.

KLIASS, R. G., & Magnoli, M. M. Áreas verdes de recreação. *Paisagem e Ambiente*, (21), p. 245-256, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i21p245-256>.

KONCHINSKI, Vinicius. Poluição no Rio ameaça locais de competição da Olimpíada de 2016. UOL Esporte. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/rio-2016/ultimas-noticias/2013/03/24/poluicao-no-rio-ameaca-locais-de-competicao-da-olimpiada-de-2016.htm>. Acesso em: 21 set. 2024.

LIN, H.; LAM, K.-C. Soundscape of urban open spaces in Hong Kong. *Asian Geographer*, 27, n. 1-2, p. 29-42, 2010/01/01 2010.

LITWAK, Priscilla. Pode mergulhar na Lagoa Rodrigo de Freitas? Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/zona-sul/noticia/2023/10/21/pode-mergulhar-na-lagoa-rodrigo-de-freitas-agua-cristalina-atrai-pesca-submarina-mas-especialistas-alertam-para-riscos.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2024.

LYNCH, Kevin. *Site Planning*. 2 ed. Cambridge. MA: MI Press, 1971.

MACEDO, Silvio Soares et al. Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil. São Paulo, SP: EDUSP, 2018.

MANUAL de conforto termico. 5 edição. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 244 p. v. 1

MATZARAKIS, Andreas; MAYER, Helmut; IZIOMON, Michael G. Applications of a universal thermal index: physiological equivalent temperature. *International Journal of Biometeorology*, v. 43, n. 2, p. 76–84, 1999.

Martín-vide, J. P. Restoration of an urban river in Barcelona, Spain. *Environmental Engineering and Policy*, v. 2, n. 3, p. 113-119, 1999.

MASCARÓ, Juan L.; YOSHINAGA, Mário. *Infra-estrutura urbana*. Porto Alegre, RS: Masquatro, 2005.

MENDES, Alexandra, *Avaliação da disponibilidade e acessibilidade a espaços verdes em quatro áreas urbanas: Lisboa, Porto, Braga e Coimbra*. 2017, 80p. dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2017.

OKE, T. R. *Boundary layer climates*. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1978.

OLIVEIRA, Ana Rosa. Parque do Flamengo. *Revista Vitruvius*, 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/288> . Acesso em: 23 set. 224.

OMS. *Health Promotion Glossary*. Geneva 1998.

PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília: UnB, 2006

PASQUOTTO, Geise Brizotti. *Renovação, Revitalização E Reabilitação: Reflexões Sobre As Terminologias Nas Intervenções Urbanas*. São Paulo, 2010.

PATRIOTA, Alvinho. Praça Padre Manoel Garcia. Disponível em: <https://www.alvinhopatriota.com.br/prefeitura-de-salgueiro-inaugura-praca-padre-manoel-garcia-e-muda-aspecto-urbanistico-do-santuário/>. Acesso em: 28 set. 2024.

Petts, J. - Learning about learning: lessons from public engagement and deliberation on urban river restoration. *The Geographical Journal*, v. 173, n. 4, p. 300-311, 2007.

Philippi, L., Sezerino, P., Olijnyk, D. P., & Kossatz, b. - Eficácia dos sistemas de tratamento de esgoto doméstico e de água para consumo humano utilizando wetlands considerando períodos diferentes de instalação e diferentes substratos e plantas utilizados. *Relatório Final*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado, 2007.

PREFEITURA DE SALGUEIRO. *História de Salgueiro*. Disponível em: <https://www.salgueiro.pe.gov.br/municipio-historia.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

PREFEITURA DE SALGUEIRO. Praça CEU. Disponível em: https://www.salgueiro.pe.gov.br/noticias_2018/20180717_01/not.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

RIBEIRO, Edson Leite. Aspectos quantitativos, qualitativo e distributivos dos espaços livres e públicos urbanos no moderno e no contemporâneo. In. Espaços livres públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas [recurso eletrônico] /José Augusto Ribeiro da Silveira, Angelina Dias Leão Costa, Milena Dutra da Silva (orgs). João Pessoa: AB Editora, p. 149-184, 2016

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. O coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945). Recife: [s.n.], 2006.

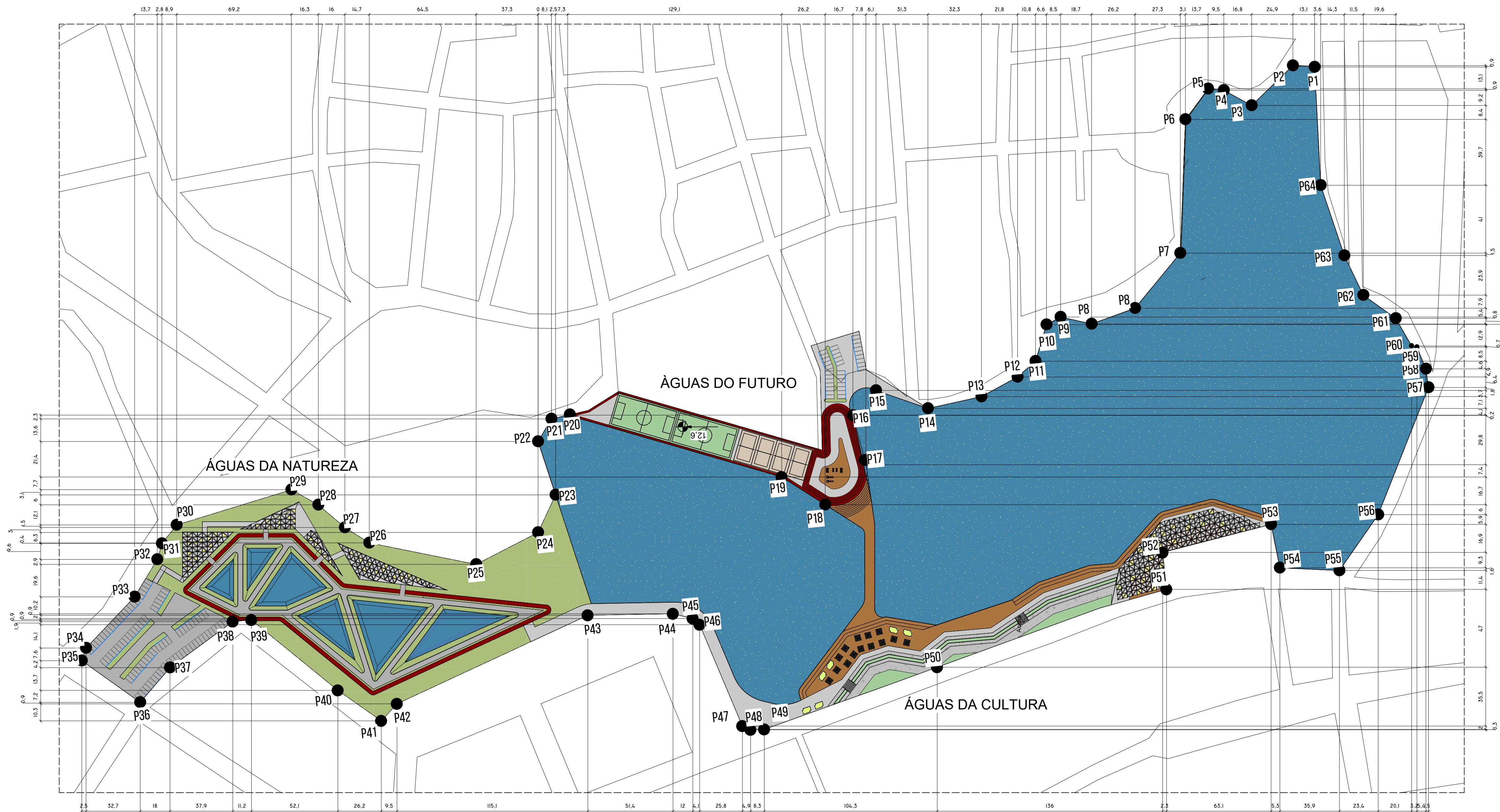
SOUZA, João Batista Carvalho de. Antônio Joaquim Soares, o homem, o padre, o político: uma história a ser contada. Pernambuco, 2014.

SOUZA, Thaísa; SENRA, Silvia; CASSANI, Maria; BARBOSA, Sabri na; ALBERTO, Klaus. Análise Acústica de Praças Públicas na Cidade de Juiz de Fora. In: VI SBQP: Projetar para quem? Desafios locais frente às mudanças globais. Uberlândia, 2019. p. 882–8919.

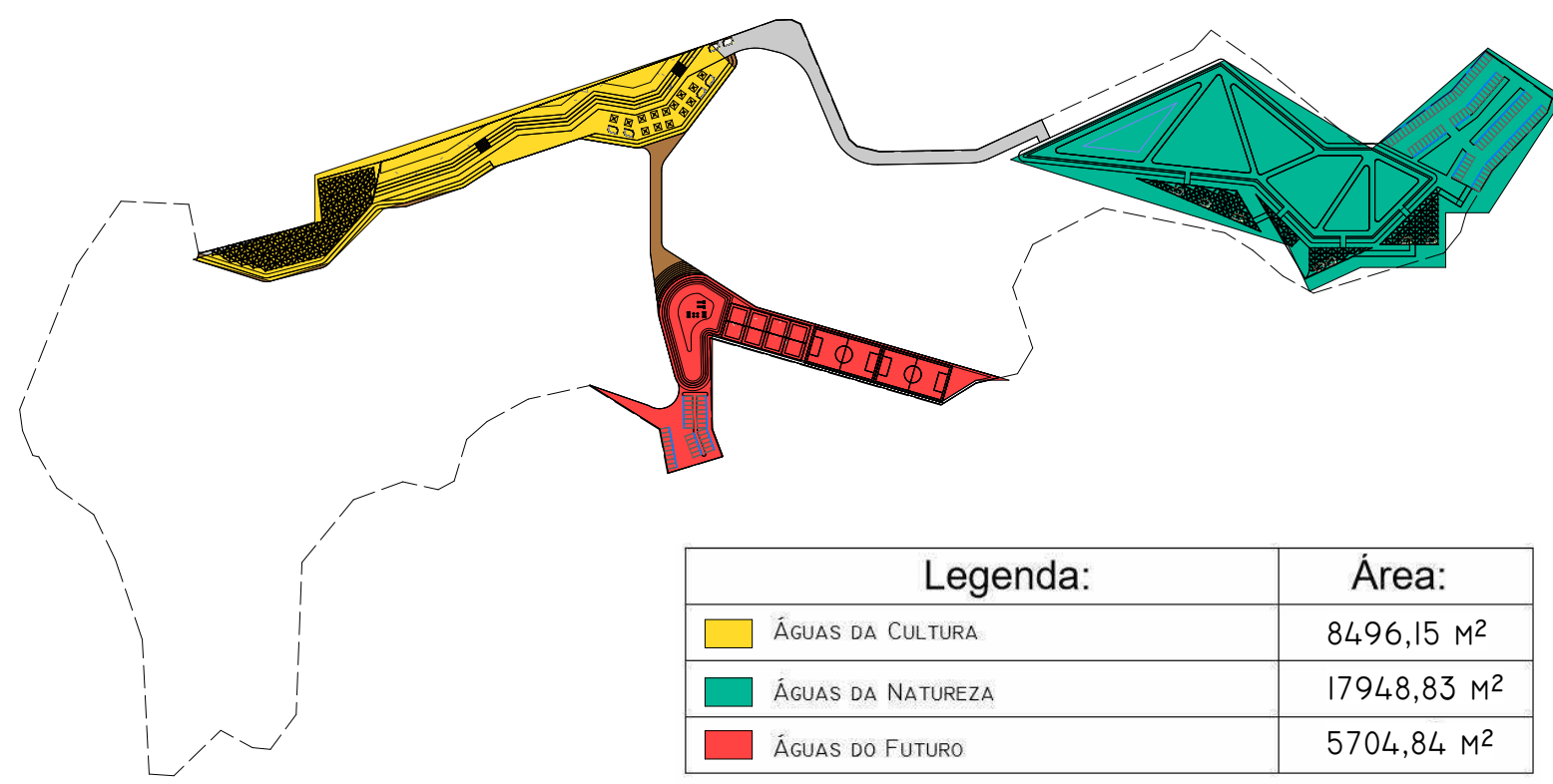
VALENTIM, Luís Sérgio Ozório Requalificação Urbana, Contaminação do Solo e Riscos à Saúde: um caso na cidade de São Paulo São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

WIKIPEDIA. Parque Solón de Lucena, João Pessoa. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_S%C3%B3lon_de_Lucena. Acesso em: 17 set. 2024.

ZAGANELLI, D. M. O som da paisagem: pelas praças do centro de Vitória, ES. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

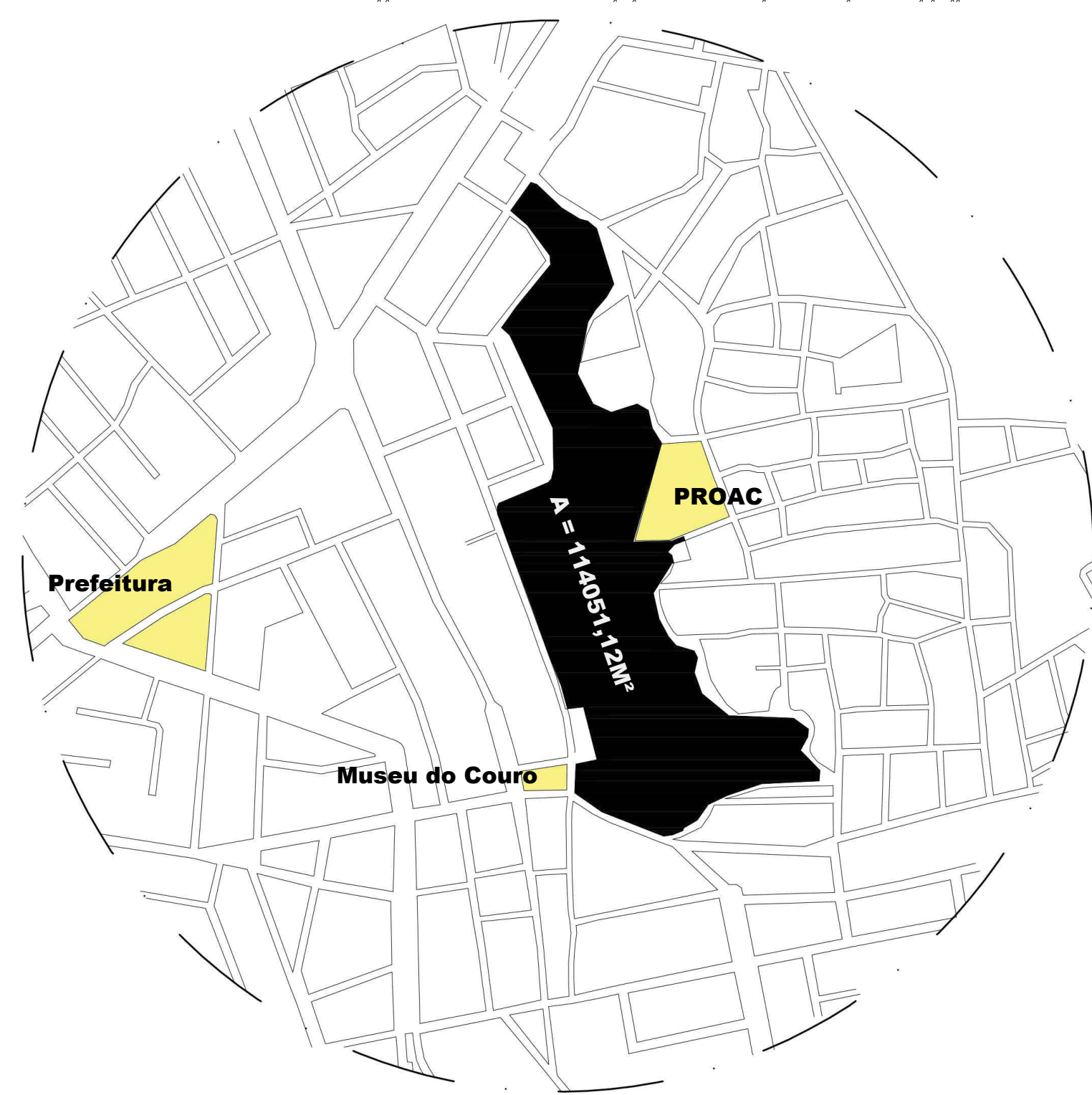


01 **Planta geral de implantação**
Escala: 1/2000



ÁREA TOTAL	114051,12 M ²
ÁREA CONSTRUÍDA	32149,82 M ²
ÁREA PERMEÁVEL	81901,3 M ³

02 **Zoneamento**
Escala: 1/4000



02 **Planta de situação**

TABELAS E CARRINHOS:

PONTO	UTM-Y-N	UTM-X-E	LAT	LON
P1	9108372,411	486883,37	-8,066284138	-39,11904578
P2	9108334,503	486911,199	-8,066271106	-39,11879331
P3	9108323,260	486912,143	-8,066272873	-39,11878477
P4	9108271,127	486869,66	-8,067200267	-39,11917048
P5	9108244,933	486851,254	-8,06737153	-39,11933375
P6	9108235,462	486861,541	-8,067522854	-39,11924426
P7	9108120,372	486914,993	-8,06856404	-39,11875944
P8	9108068,99	486915,901	-8,069028822	-39,11875134
P9	9108057,017	486913,018	-8,069137116	-39,11877753
P10	9108052,889	486909,303	-8,06917444	-39,11881126
P11	9108027,107	486848,126	-8,069407494	-39,11936657
P12	9108022,169	486845,854	-8,069452155	-39,11938772
P13	9108013,912	486846,117	-8,069526843	-39,11938484
P14	9107936,06	486874,02	-8,070231124	-39,1191318
P15	9107811,641	486919,307	-8,071356679	-39,1187211
P16	9107771,277	486930,646	-8,071721825	-39,1186183
P17	9107773,598	486952,947	-8,071700888	-39,11841589
P18	9107708,198	486869,851	-8,072929254	-39,11926763
P19	9107703,905	486943,654	-8,072346919	-39,11850041
P20	9107666,985	486942,016	-8,072665223	-39,11851537
P21	9107643,579	486975,714	-8,072877035	-39,11820959
P22	9107613,281	487052,503	-8,073151294	-39,11751273
P23	9107614,812	487063,738	-8,073137478	-39,11741075
P24	9107620,243	487076,861	-8,073088381	-39,11729164
P25	9107623,434	487077,559	-8,073095524	-39,11728229
P26	9107633,997	487094,301	-8,073270602	-39,11713422
P27	9107652,555	487108,244	-8,0729619	-39,11700671
P28	9107664,025	487132,145	-8,072692495	-39,11678976
P29	9107678,299	487174,582	-8,072563488	-39,11640456
P30	9107681,941	487245,937	-8,07253073	-39,11575693
P31	9107695,046	487246,812	-8,07241219	-39,11574895
P32	9107719,912	487227,739	-8,072187205	-39,11596737
P33	9107736,719	487231,91	-8,072305219	-39,1158841
P34	9107746,214	487232,82	-8,071949315	-39,11587581
P35	9107759,893	487214,316	-8,071825532	-39,11604372
P36	9107762,967	487133,604	-8,07179752	-39,11677626
P37	9107790,263	487100,37	-8,071550524	-39,11707783
P38	9107816,453	487090,861	-8,071313601	-39,11716406
P39	9107835,178	487095,012	-8,071144236	-39,11712634
P40	9107843,674	487090,441	-8,071036734	-39,1171678
P41	9107850,308	487068,368	-8,071007306	-39,11736812
P42	9107861,129	487058,856	-8,070909398	-39,11745442
P43	9107882,914	487046,987	-8,070712314	-39,11756209
P44	9107915,201	487039,85	-8,070420244	-39,11762678
P45	9107952,363	487063,104	-8,070084152	-39,11741562
P46	9107956,771	487086,463	-8,070044444	-39,1172035
P47	9107985,769	487077,68	-8,06982014	-39,11838234
P48	9107980,214	487063,056	-8,069832227	-39,11741599
P49	9107978,976	487014,71	-8,0698443	-39,11785478
P50	9108101,636	487050,19	-8,06873387	-39,11753245
P51	9108120,12	487038,669	-8,068566649	-39,11763696
P52	9108142,303	487033,53	-8,068365978	-39,11768355
P53	9108150,381	487019,891	-8,06829287	-39,11780731
P54	9108139,817	486987,664	-8,068383444	-39,11809982
P55	9108150,365	486964,982	-8,068292871	-39,11830566
P56	9108187,701	486945,732	-8,067955099	-39,11848027
P57	9108252,194	486958,707	-8,067371759	-39,11836234
P58	9108266,912	486967,969	-8,06738654	-39,11827825
P59	9108282,914	486981,661	-8,067093941	-39,11815393
P60	9108299,177	486994,795	-8,066946857	-39,11807099
P61	9108368,377	486969,512	-8,066320854	-39,11836398
P62	9108377,289	486958,3	-8,066240207	-39,11836571
P63	9108380,073	486948,679	-8,066214999	-39,11845302
P64	9108393,753	486926,096	-8,066091202	-39,11865795
P65	9108423,042	486895,22	-8,065826187	-39,1189381
P66	9108425,59	486887,574	-8,065803114	-39,11900749
P67	9108390,364	486862,414	-8,065121169	-39,11923593
P68	9108372,411	486883,37	-8,066284138	-39,11904578

UNIVERSIDADE:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PROFESSOR ORIENTADOR:

EDUARDO DIAS

DESENHISTA TÉCNICO:

JOÃO VICTOR F. SILVA

ASSUNTO:

PLANTA GERAL DE IMPLANTAÇÃO

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:

SALGUEIRO, PERNAMBUCO.

ESCALA:

COMO INDICADO

NÚMERO DO PROJETO:

05042023

PROJETISTA RESPONSÁVEL:

CPF: 01971725390

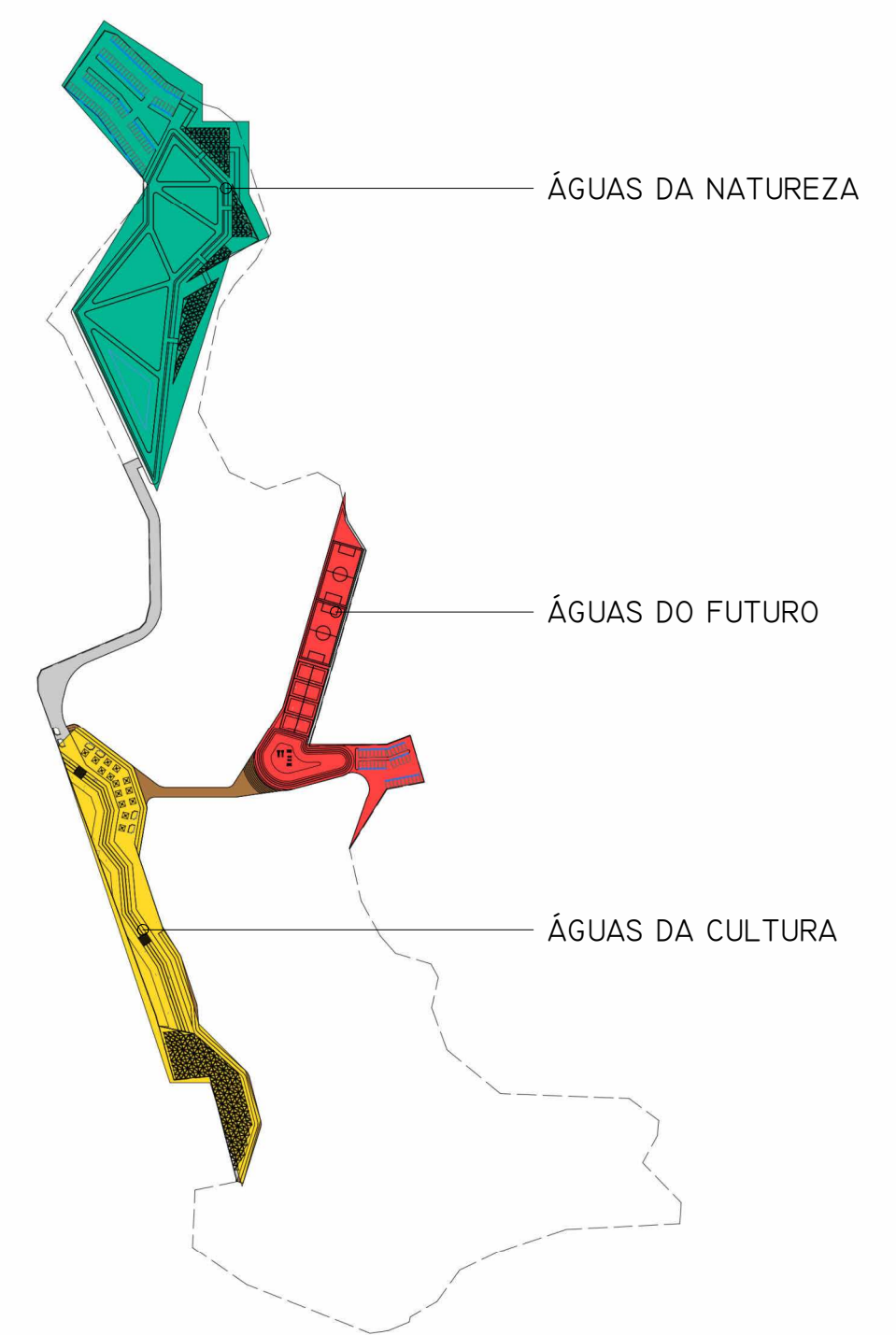
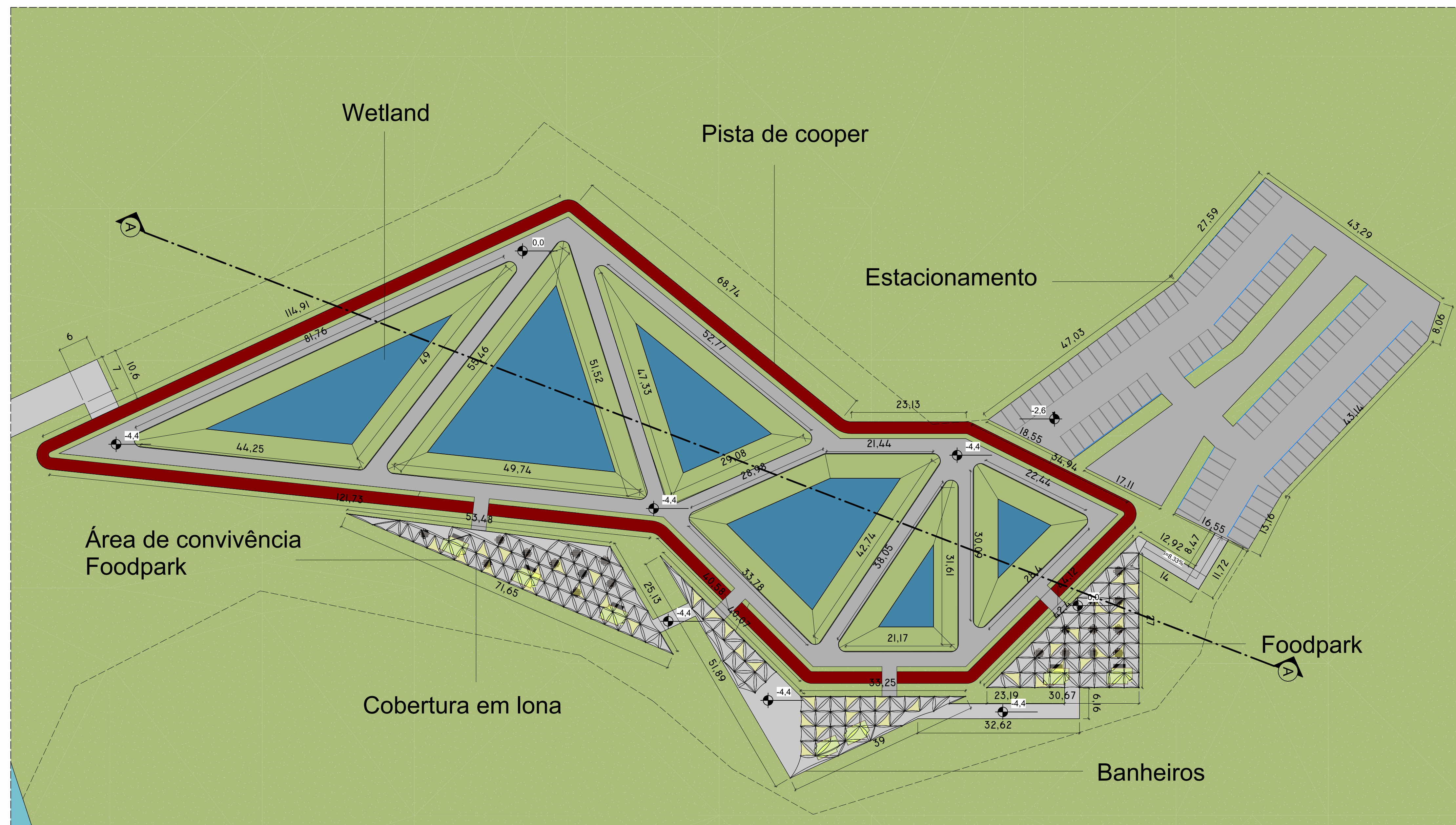
DATA:

05/04/2025 22:01:22

FOLHA:

01/06

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO LLEI 9.610/98



ECOPARQUE AÇUDE VELHO

UNIVERSIDADE: **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

PROFESSOR ORIENTADOR

EDUARDO DIAS

DESENHISTA TÉCNICO

JOÃO VICTOR F. SILVA

ÁGUAS DA NATUREZA

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:
SALGUEIRO, PERNAMBUCO.

ESCALA: 1:500

NÚMERO DO PROJETO:	05042023
--------------------	----------

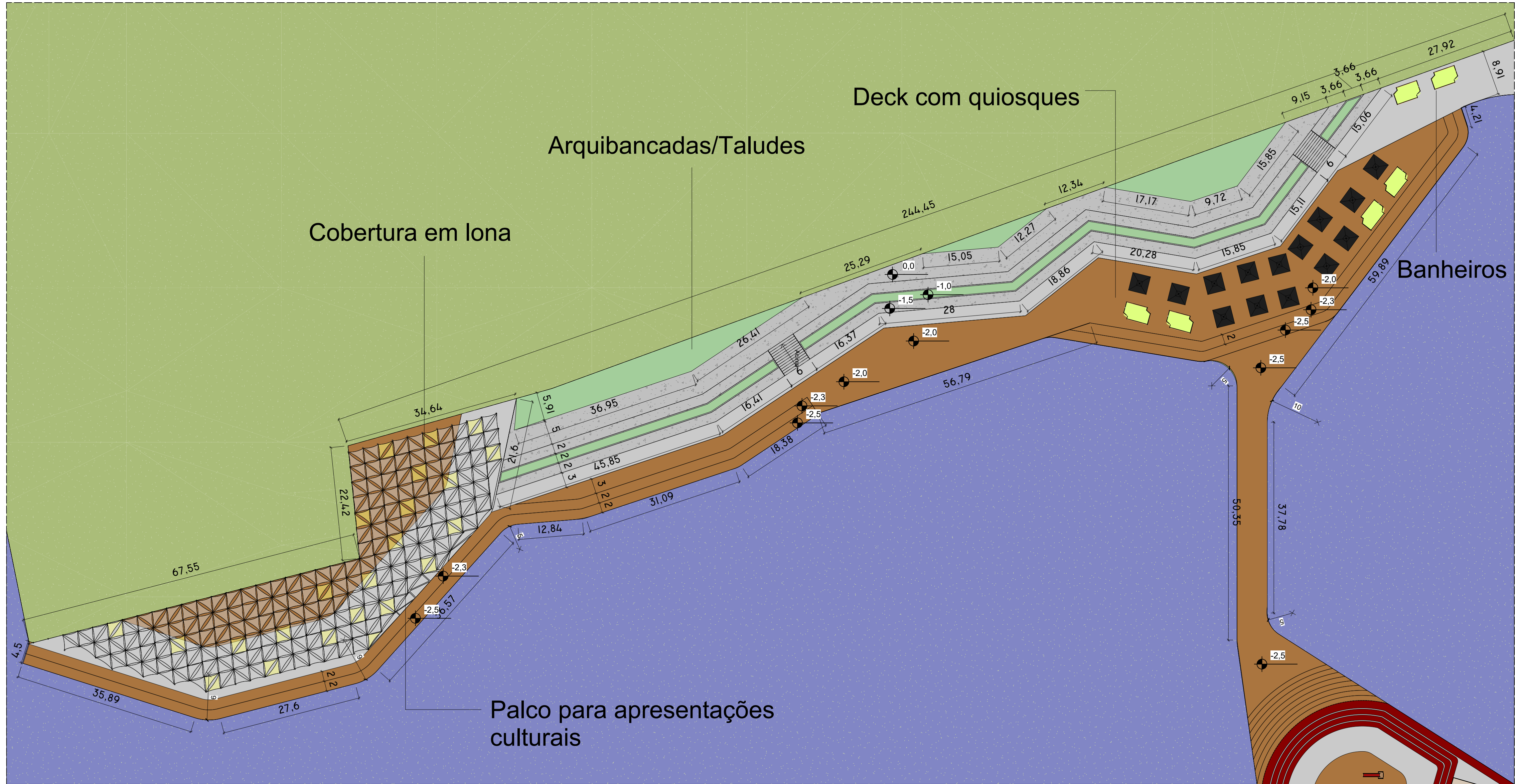
PROJETISTA RESPONSÁVEL:	CPE: 01971725390
-------------------------	------------------

DATA:	05/04/2025 22:01:38
-------	---------------------

FOLHA: 02/06



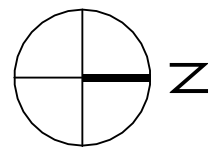
DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO. (LEI 9.610/98)



01

Planta de cobertura e locação - Águas da cultura

Escala: 1/500



TABELAS E CAMBOS:

ÁGUAS DA NATUREZA

ÁGUAS DO FUTURO

ÁGUAS DA CULTURA

ECOPARQUE AÇUDE VELHO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

EDUARDO DIAS

JOÃO VICTOR F. SILVA

ÁGUAS DA CULTURA

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:
SALGUEIRO, PERNAMBUCO.

1:500

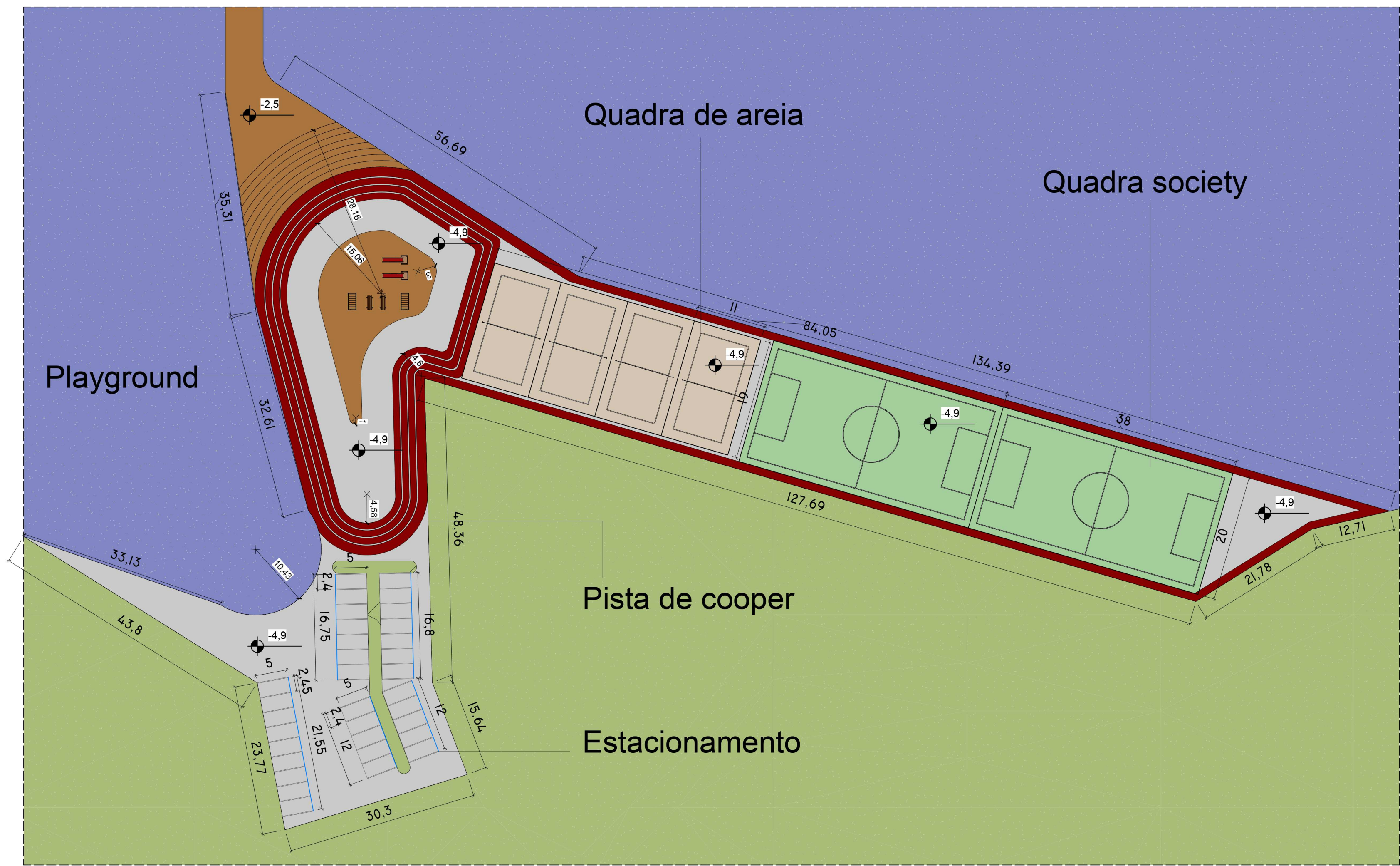
05042023

CPF: 01971725390

05/04/2025 22:01:45

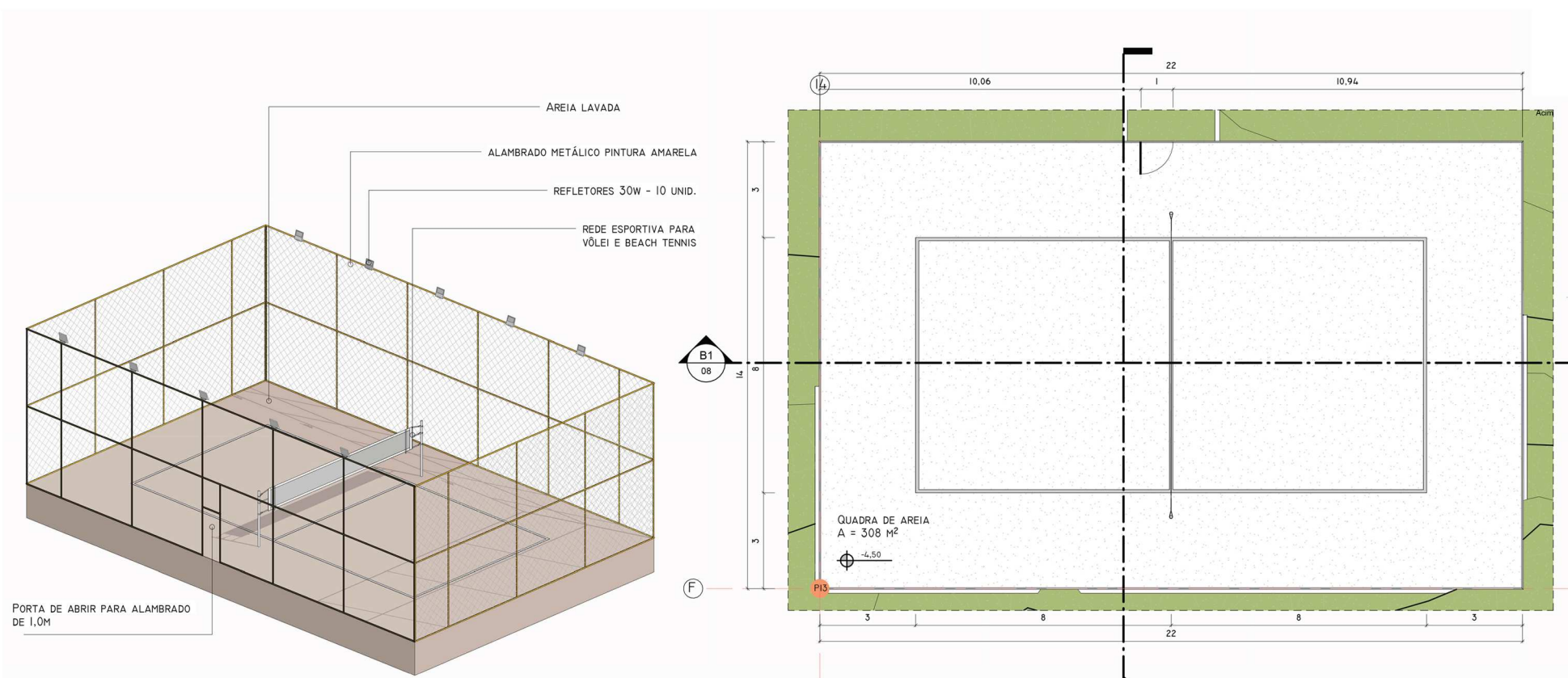
03/06

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (LEI 9.610/98)



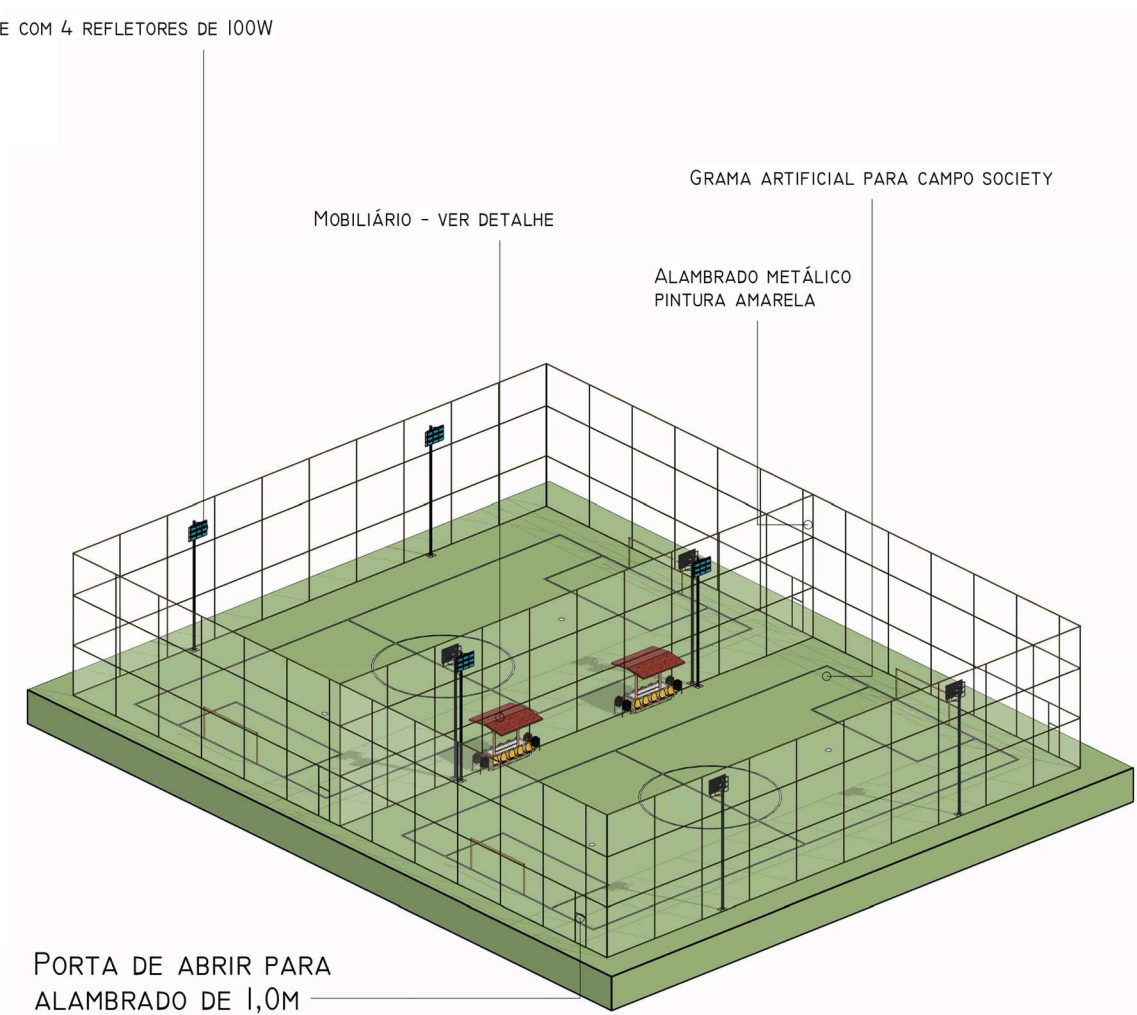
01 Planta de cobertura e locação - Águas do futuro

Escala: 1/500

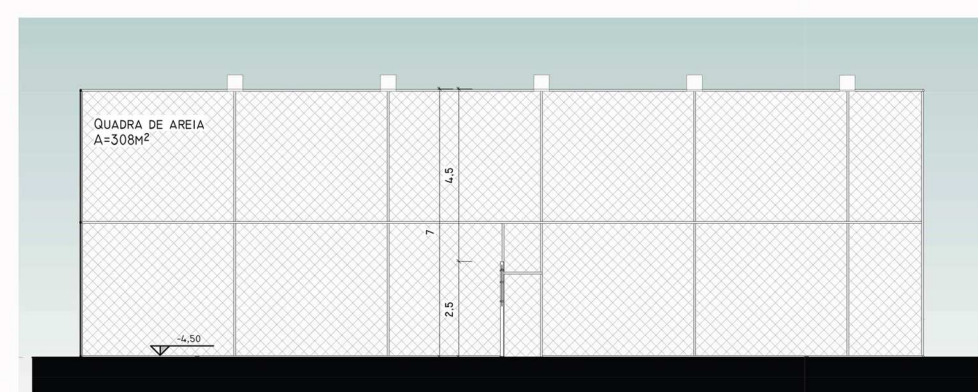


02 QUADRA DE AREIA - VISTA ISOMÉTRICA
ESCALA -

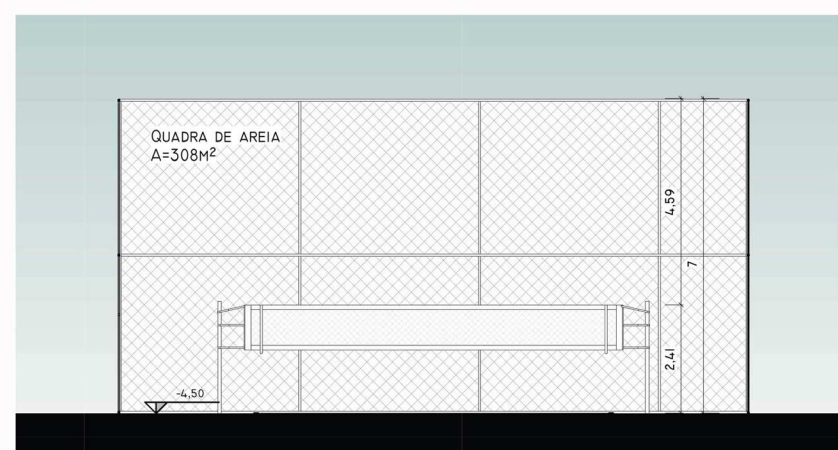
03 QUADRA DE AREIA - P.B.
ESCALA - 1 : 100



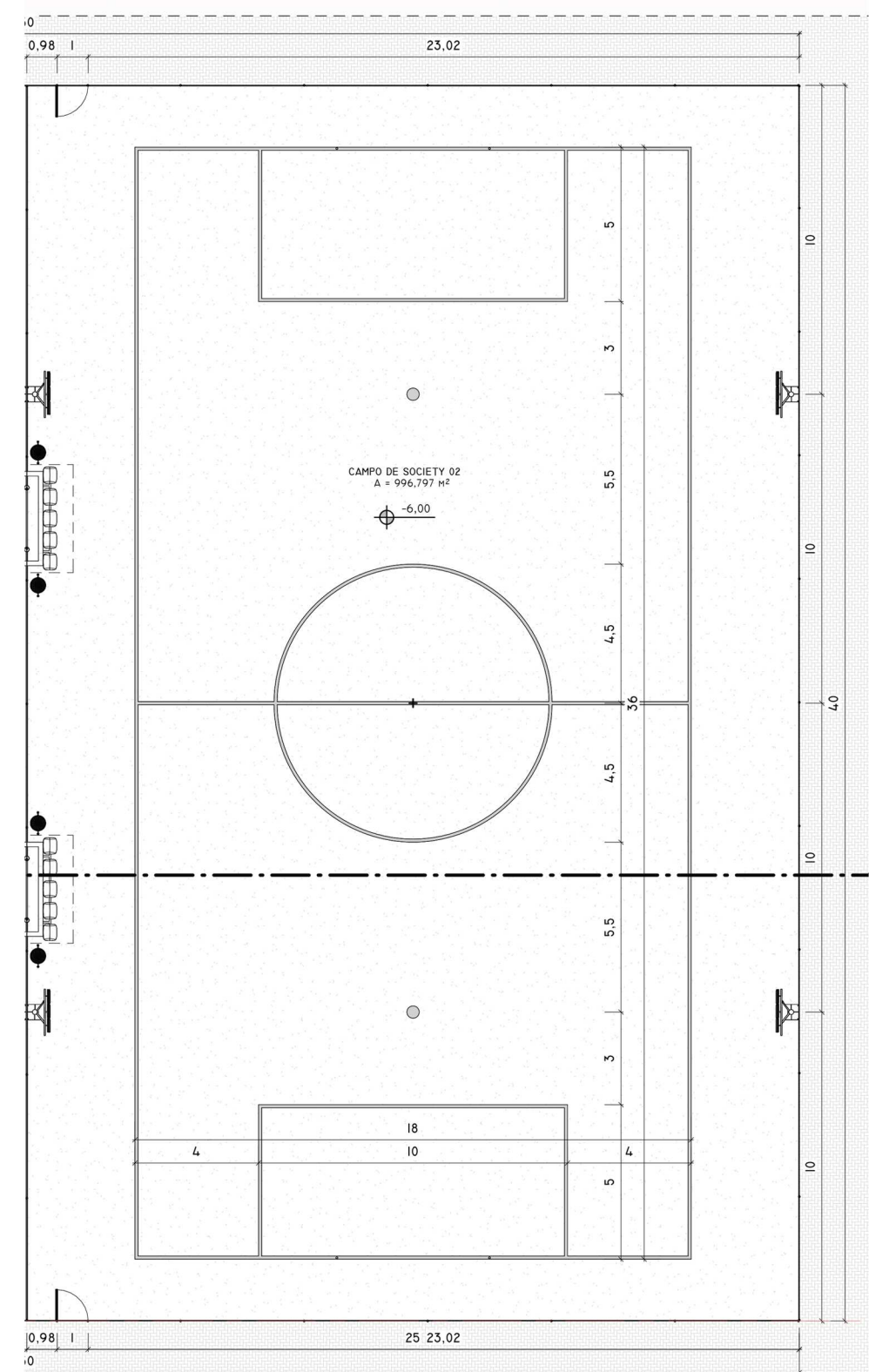
04 CAMPO SOCIETY - VISTA ISOMÉTRICA
ESCALA -



06 CORTE B1
ESCALA - 1 : 100

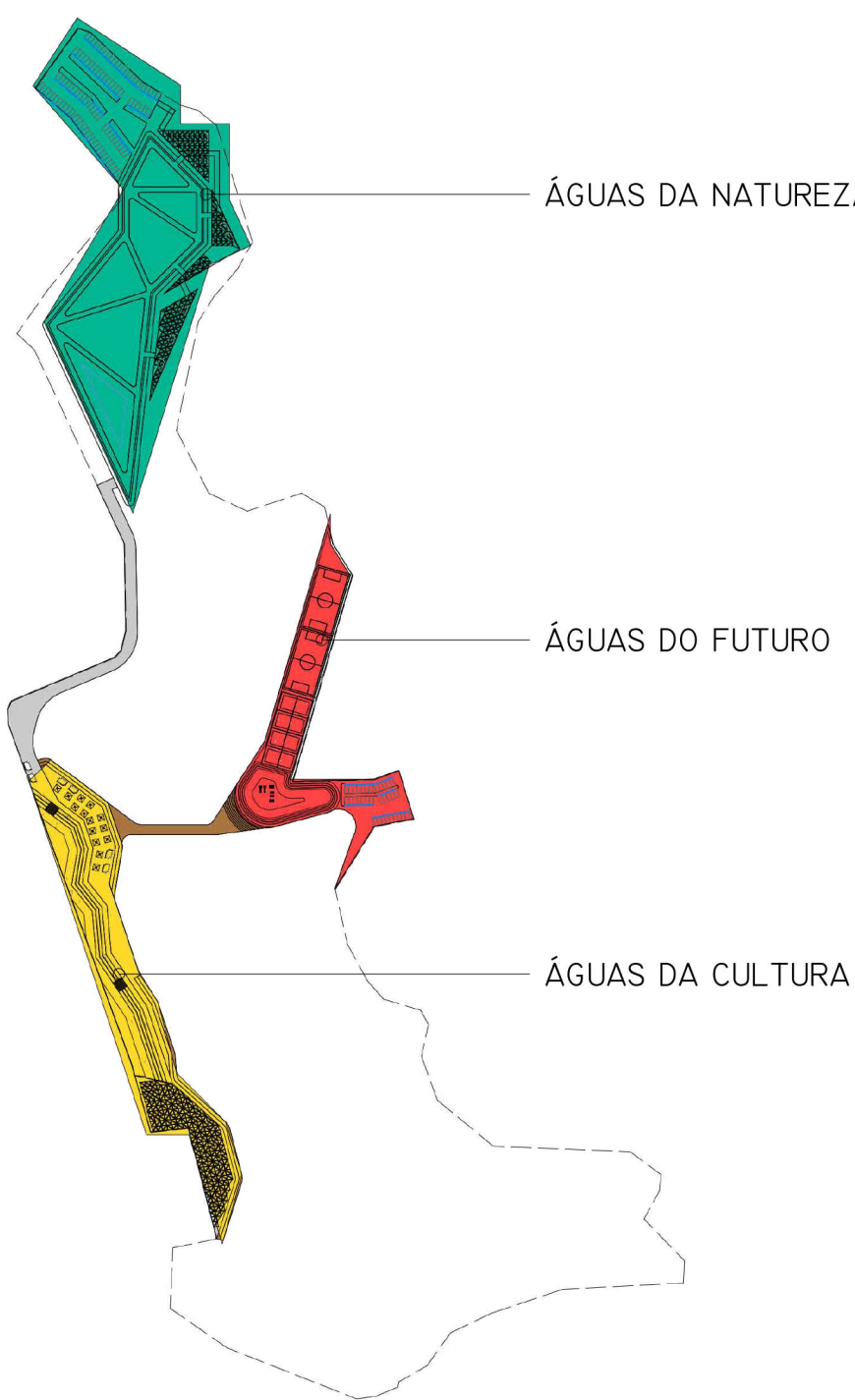


07 CORTE B2
ESCALA - 1 : 100



05 CAMPO SOCIETY - PLANTA BAIXA
ESCALA - 1 : 150

TABELAS E CARRINHOS:



ECOPARQUE AÇUDE VELHO

UNIVERSIDADE:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PROFESSOR ORIENTADOR:

EDUARDO DIAS

DESENHISTA TÉCNICO:

JOÃO VICTOR F. SILVA

ASSUNTO:

ÁGUAS DO FUTURO

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:
SALVADOR, PERNAMBUCO.

ESCALA:

1 : 500

NÚMERO DO PROJETO:

05042023

PROJETISTA RESPONSÁVEL:

CPF: 01971725390

DATA:

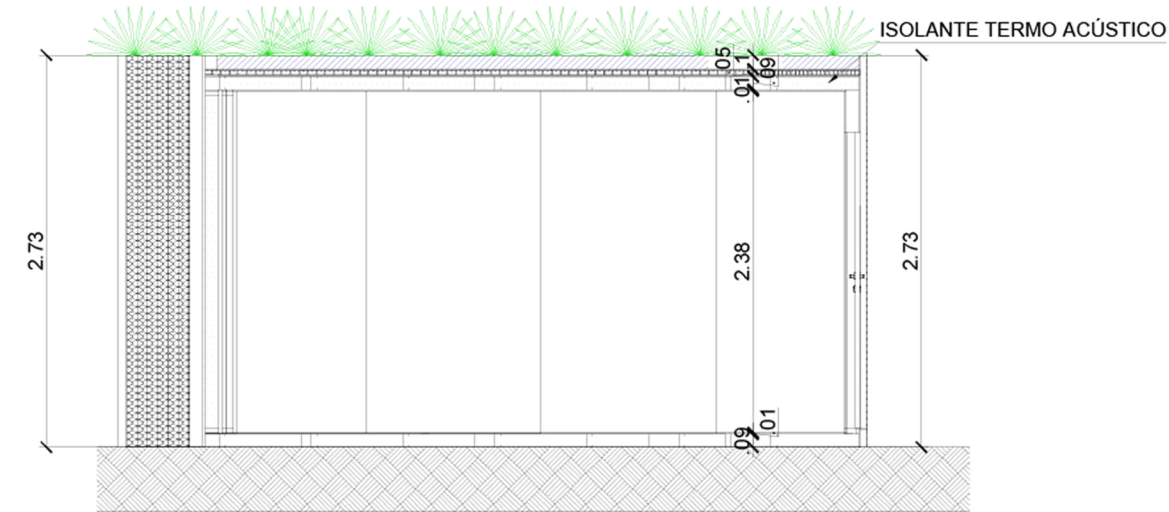
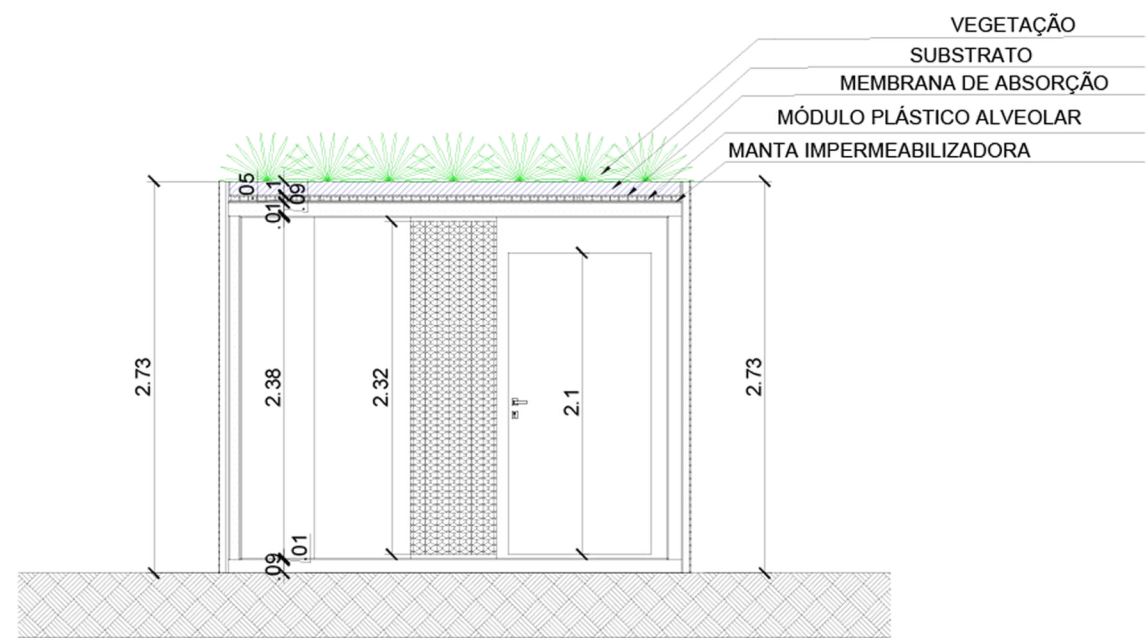
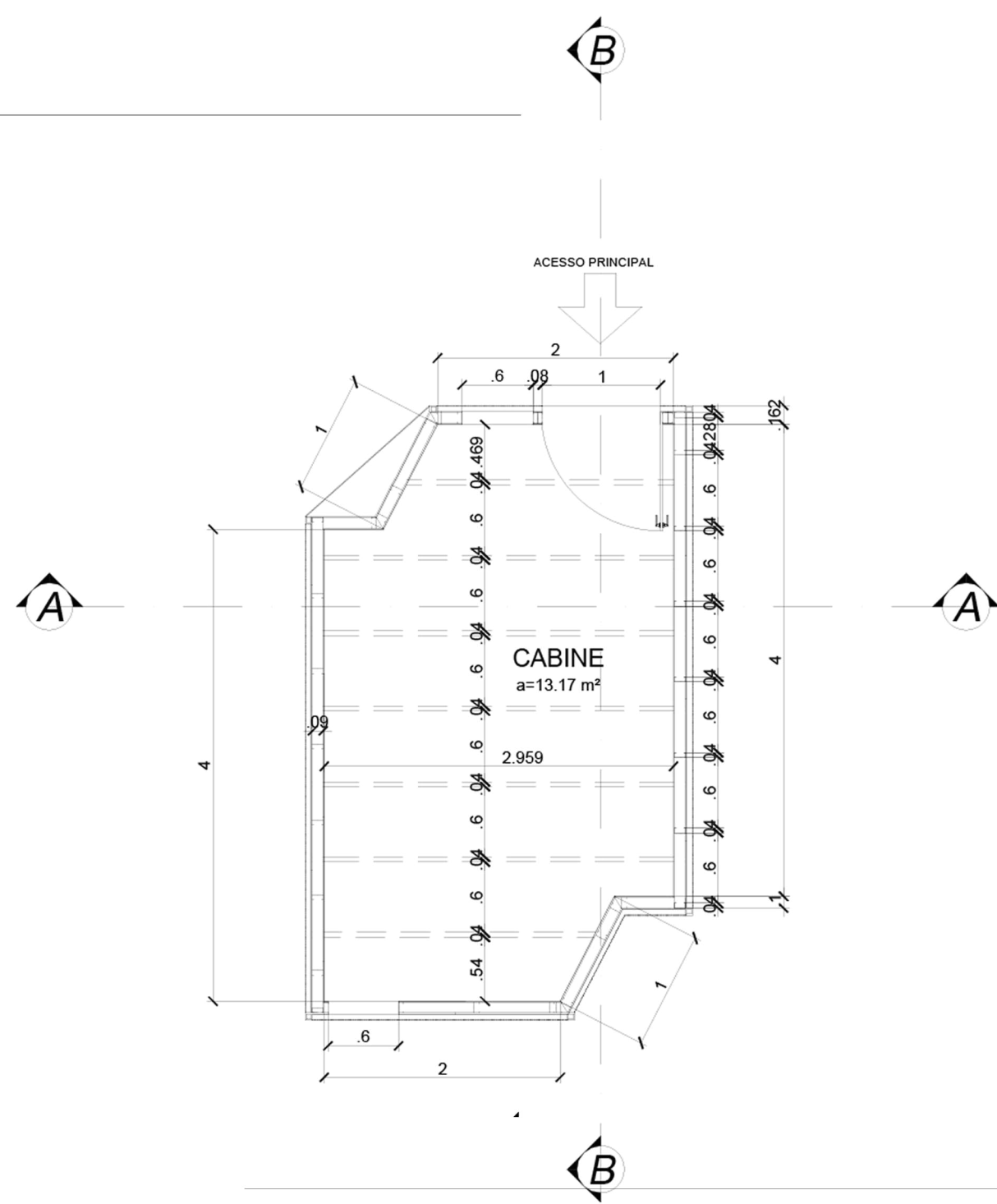
05/04/2025 22:01:49

FOLHA:

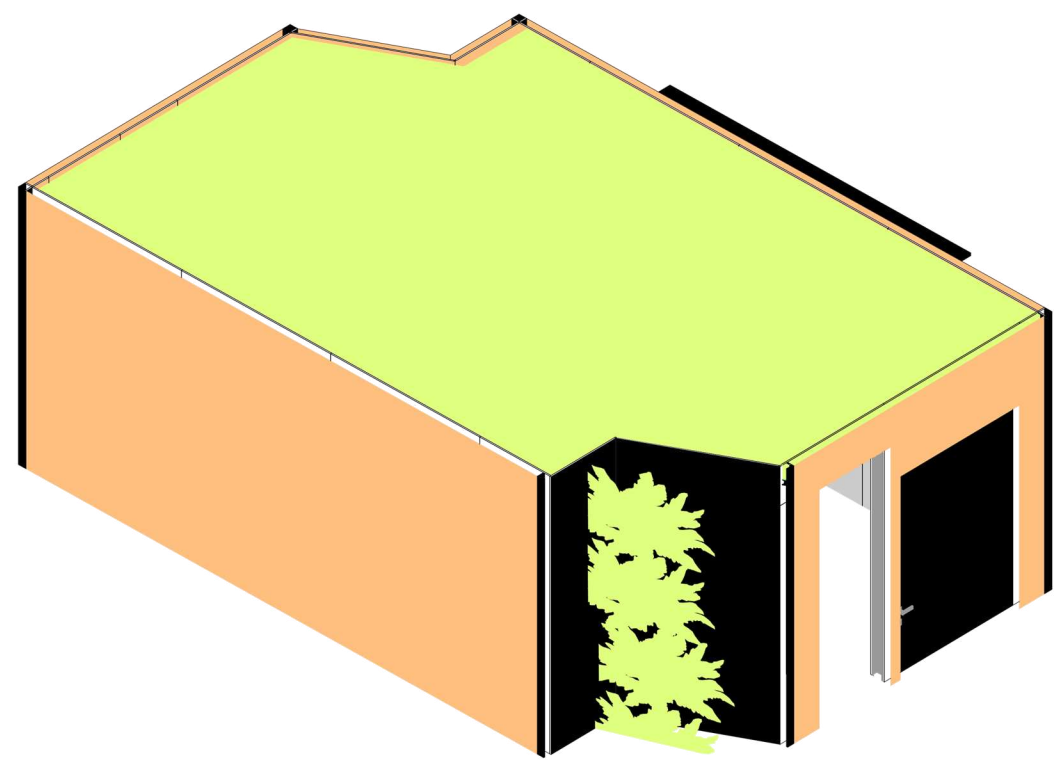
04/06



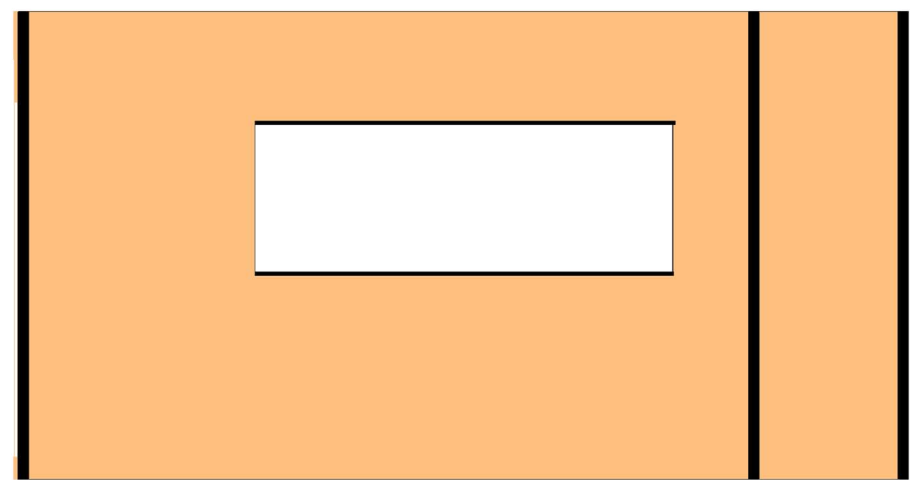
DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (LEI 9.610/98)



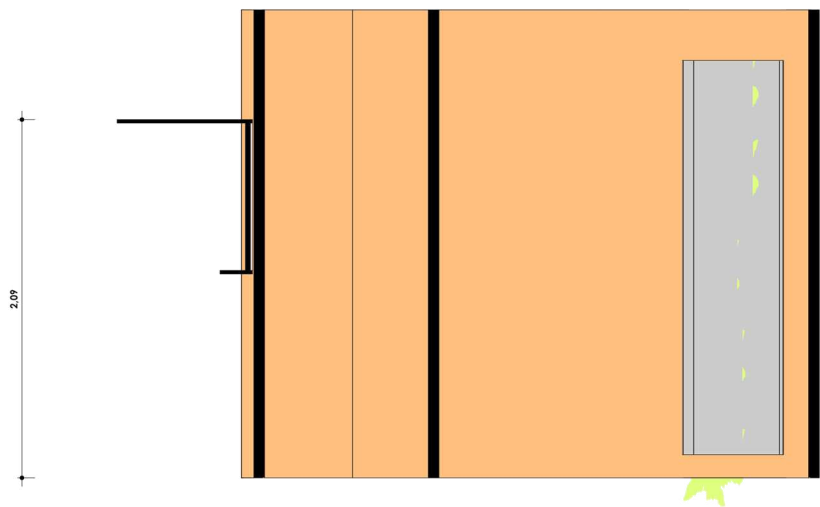
CABINES



4 Vista Ortogonal



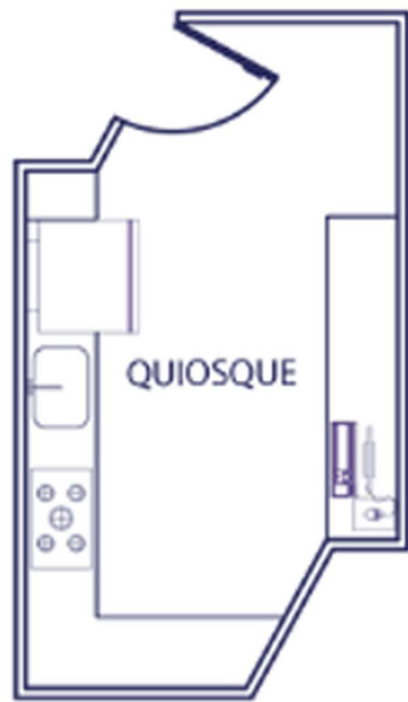
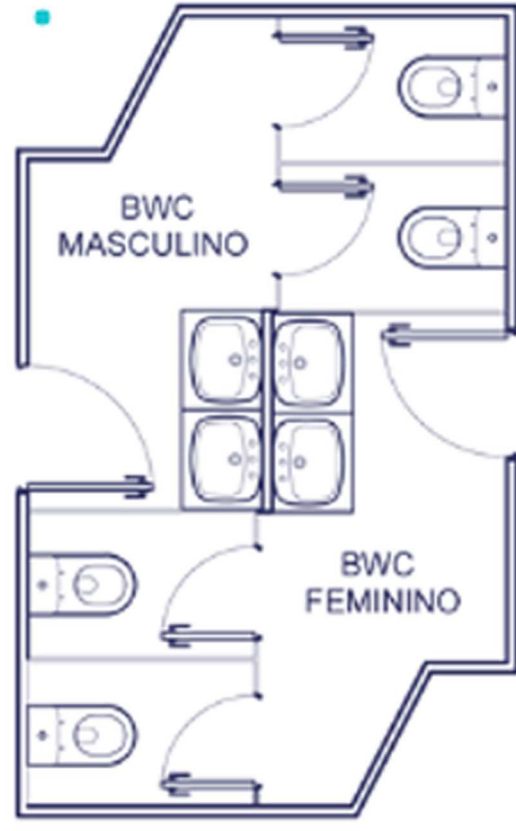
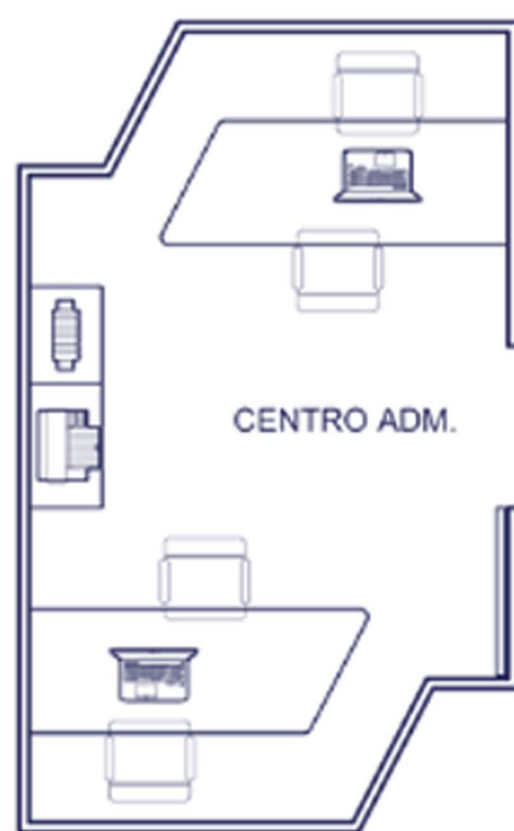
3 Vista 1
1:25



Vista 2



Vista 3



ECOPARQUE AÇUDE VELHO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

EDUARDO DIAS

JOÃO VICTOR F. SILVA

MOBILIÁRIO URBANO

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:
SALGUEIRO, PERNAMBUCO.

ESCALA:

NÚMERO DO PROJETO:

05042023

PROJETISTA RESPONSÁVEL:

CPF: 01971725390

DATA:

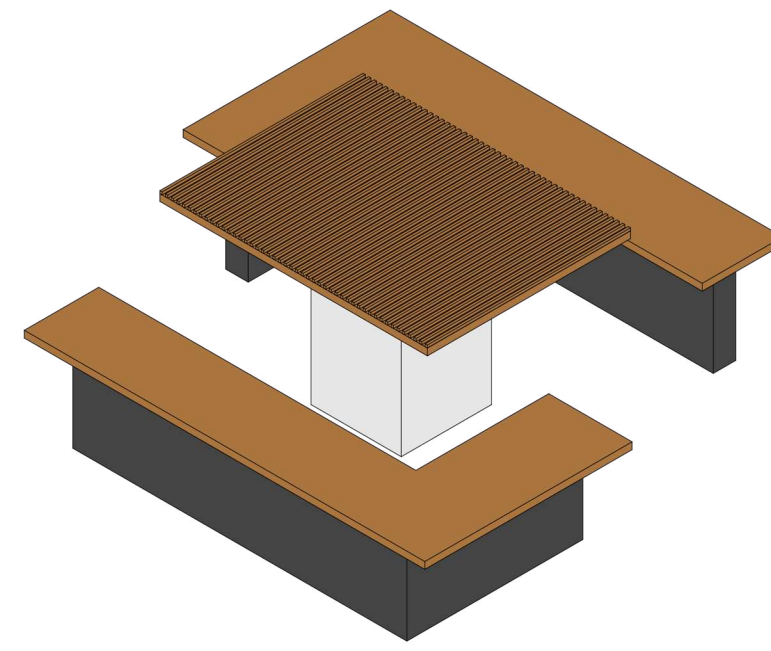
25/03/2025 11:37:46

FOLHA:

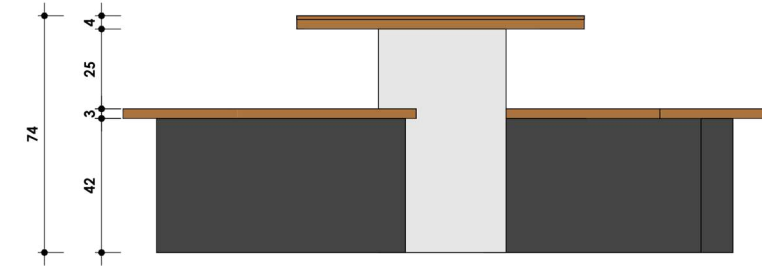
05/06



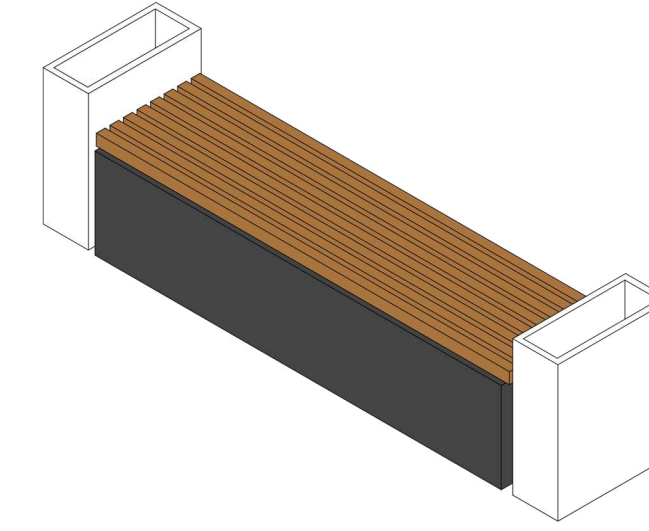
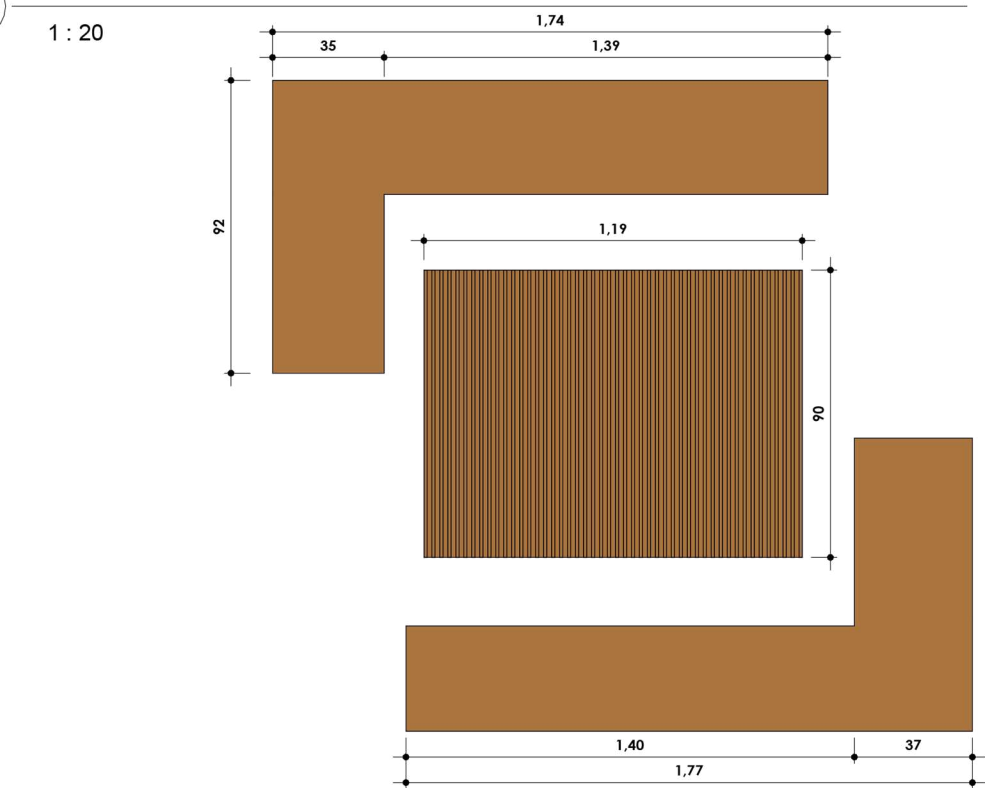
MESAS E BANCOS



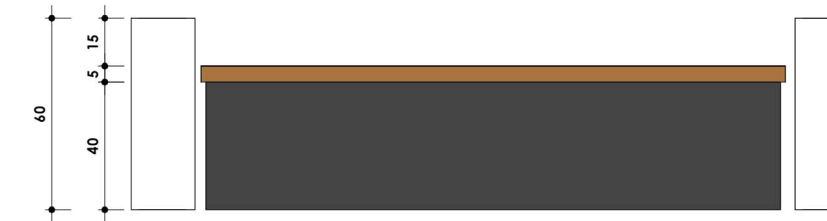
Ortogonal 3D



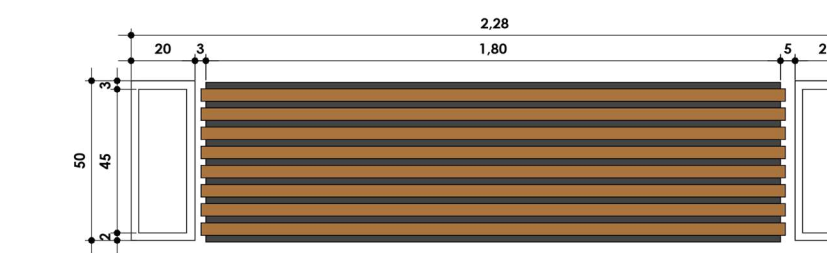
Elevação direita



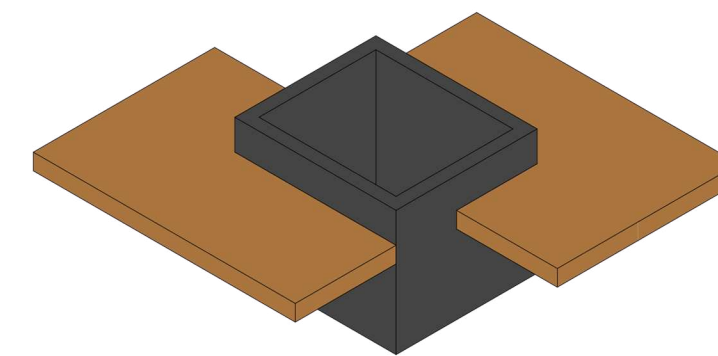
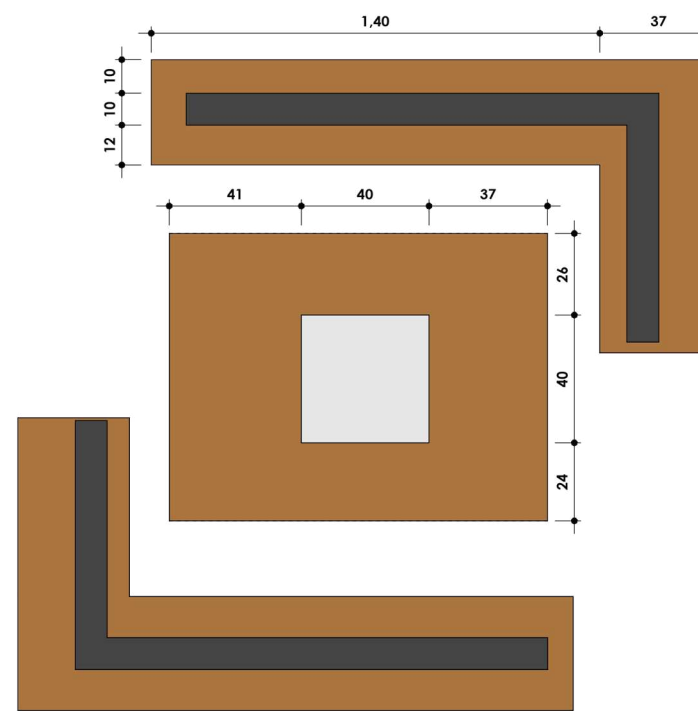
2 — **Ortogonal 3D**



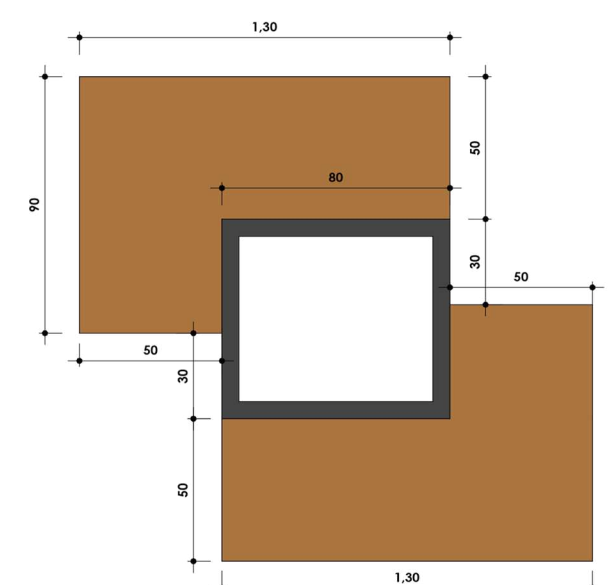
6 Detalhe do corte A



8 Elevação inferior



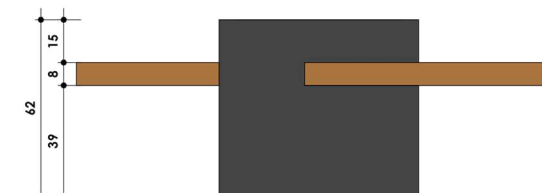
3 Ortoogonal 3D



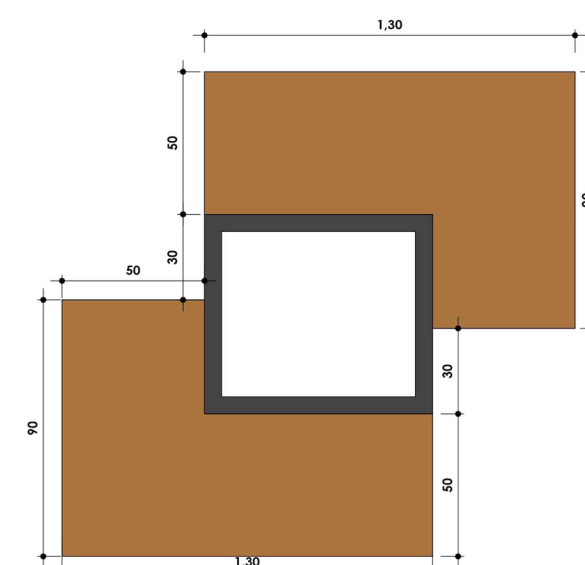
17 Elevação inferior
1 : 20



11 Elevação direita



14 Elevação esquerda



ECOPARQUE AÇUDE VELHO

UNIVERSIDADE:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PROFESSOR ORIENTADOR

EDUARDO DIAS

DESENHISTA TÉCNICO

JOÃO VICTOR F. SILVA

ASSUNTO:

MOBILIÁRIO URBANO

LOCALIZAÇÃO DA OBRA:
SALGUEIRO, PERNAMBUCO.

ESCALA_c

NÚMERO DO PROJETO:

05042023

PROJETISTA RESPONSÁVEL:	
-------------------------	--

CPF: 01971725390	
------------------	--

DATA:

25/03/2025 11:37:47

FOLHA:

06/06



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (LEI 9.610/98)